AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS • VOL. 25 • No. 1 • JANEIRO 2005 • R$ 10,00

FGV EESP · FGV IBRE · FGV EAESP



Novo recorde nas exportações

Vendas do agronegócio lá fora chegam a US$ 39 bi



SAFRA 2004/2005

Maior produção exige cautela do agricultor

MEIO AMBIENTE

Brasil prepara projetos para o mercado de carbono

Sancionada lei para soja transgênica

ABRE ASPAS:

JOSÉ EDUARDO DE PAULA ALONSO, presidente do CREA-SP

Engenharia representa 70% do PIB do País

DA REDAÇÃO

Primeiro engenheiro agrônomo a ser eleito presidente do CREA-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo), José Eduardo de Paula Alonso encerra no final deste ano o seu segundo mandato.

"Informatizamos e modernizamos o CREA", ele diz. "A mais importante realização foi a descentralização do órgão, que deixou de ser cartorial e passou a ser visto como uma empresa pública ágil. Facilitamos a vida dos profissionais de engenharia", diz Alonso.

Formado pela Faculdade de Agronomia de Espírito Santo do Pinhal (SP), Alonso é produtor rural em Aguaí (SP), onde colhe principalmente laranja e milho. Para o presidente do CREA-SP, as PPPs deverão incrementar o mercado de trabalho dos engenheiros. "Nós representamos 70% do PIB do Brasil", diz.



Agroanalysis – O senhor se formou engenheiro agrônomo pela Faculdade de Espírito Santo do Pinhal, em 1983. Qual é a diferença entre o mercado para o agrônomo daquela época e o de agora? Mudou muito?

José Eduardo de Paula Alonso – A mudança foi violenta, por três razões: a globalização, o crescimento do agronegócio e a exigência maior pela qualidade, atualmente. Você não pode mais dizer que é bom: você tem que ser ótimo, deve buscar sempre a atualização profissional. E precisa fazer isso o tempo todo, e, se possível, no exterior, apesar de eu ter estado nos EUA, recentemente, e não vi nada de diferente. Visitei Minnesota em maio de 2003, formamos um grupo em parceria com a Universidade de Brasília e fomos para lá conhecer a agricultura de precisão. Todos os equipamentos que eles têm lá, nós também temos aqui; não vi nada de diferente, mas eles estão muito curiosos a respeito da agricultura brasileira, querem saber por que temos maior produtividade por

área e por que produzimos mais sacas de soja por hectare do que eles.

Agroanalysis – E o que você disse a eles?

Alonso – Eu não disse nada [risos]. Ora, a gente vai lá para descobrir alguma coisa nova e, em vez disto, eles querem conhecer nosso segredo. Não dá! Mas voltando à agricultura de precisão, ela serve para as grandes áreas, como Mato Grosso, Tocantins, Goiás. Quando estive nos EUA, os produtores estavam colhendo trigo, e as plataformas que eles utilizam lá são exatamente iguais às que temos aqui.

Agroanalysis – E os profissionais? São melhores do que os nossos?

Alonso – Conhecemos alguns pesquisadores da Universidade e profissionais da extensão rural (que seriam equivalentes ao pessoal da "Embrapa" dos EUA, vamos dizer assim), e não vi diferença alguma. Nossos profissionais são tão competentes como os americanos, até porque hoje existe muito intercâmbio. Em outubro de 2003, estive também na Flórida, onde conheci as fazendas da Cutrale.

Naquela região, o que vimos de diferente foi o sistema de irrigação dos pomares de laranja; em Aguaí, minha fazenda tem um sistema de irrigação 'de primeiro mundo', por gotejamento, totalmente informatizado (você liga de manhã e deixa em operação), enquanto o dos produtores da Flórida funciona por gravidade. No que diz respeito à tecnologia, nossa citricultura é tão boa quanto a dos EUA. O problema aqui é a grande incidência de pragas e doenças.

Agroanalysis – De três anos para cá, o agronegócio se tornou uma espécie de excelência do País. Isso provocou mudanças no mercado de trabalho do agrônomo?

Alonso – A revista Veja, no final de dezembro, citou a engenharia agronômica como uma das profissões de destaque. Mas hoje, o profissional é completamente diferente do de 20 anos atrás. No passado, ele era uma espécie de clínico geral; hoje, o mercado exige muita especialização.

Agroanalysis – Atualmente, o profissional precisa estar mais voltado para o negócio do que para a técnica. É certo afirmar isso?

Alonso – Hoje, ele precisa estar voltado para as duas coisas: tecnologia e negócios; deve estar atento às atividades de dentro da porteira e de fora da porteira. A escola ensina o básico, depois você precisa se especializar. É como na medicina. Você não vê hoje a figura do clínico geral.

Agroanalysis – A aprovação das PPPs (Parcerias Público Privadas) deve atrair investimentos para grandes projetos de infra-estrutura, como a reforma de estradas, construção de ferrovias e portos, entre outros. Isso vai melhorar o mercado de engenharia no Brasil?

Alonso - Já está havendo uma recuperação do mercado de trabalho. Agora, as parcerias estão sendo regulamentadas, mas já acontecem na prática há muito tempo. Os governos não agüentam mais 'pagar a conta'; é impossível.

Veja o que acontece na área agrícola. O País está produzindo cada vez mais, mas não tem estradas, não tem onde armazenar toda esta produção e nem como transportar. O Estado tem que investir nas áreas sociais, na educação, na saúde, na formação do cidadão brasileiro. Mas na infra-estrutura, em projetos para transporte, melhoria dos portos, armazenagem, o Estado precisa fazer parcerias com a iniciativa privada.

Agroanalysis - E resolver todos esses problemas de logística envolve o trabalho do engenheiro?

Alonso – Exatamente. Estive recentemente em Rondônia e fiquei admirado com o movimento das carretas transportando a soja de Mato Grosso. Lá no Rio Madeira, a soja era transferida para as barcaças da hidrovia, e o porto é absolutamente simplório, mas eles estão investindo muito. A grande solução para o transporte no Brasil é a hidrovia, que inclusive é mais barato.

Agroanalysis – O que o senhor acha da idéia de o País abrir uma saída para o Pacífico?

Alonso – Ótimo! Essa idéia, aliás, já está na cabeça de vários empresários. Não tenho a menor dúvida. Ou fazemos isso ou sofreremos o tal "efeito pororoca", como diz o ministro Roberto Rodrigues. O nosso caminho não vai mais ser somente o Atlântico.

Agroanalysis – Com os preços agrícolas em queda, a perspectiva para o agronegócio, principalmente no caso dos grãos, não é das mais positivas nesta safra. Será que vamos ter mais uma daquelas crises?

Alonso – O próprio ministro da Agricultura alertava para isso no ano passado; esse é um fenômeno é cíclico. Mas está longe de ser uma crise 'de fundo de poço', como as que ocorreram no passado. O produtor, hoje, com raríssimas exceções, sabe fazer as contas e sabe quanto custa produzir. Atualmente, ele tem consciência de que é preciso ter um bom nível de produti-

"O produtor, hoje, com raríssimas exceções, sabe fazer as contas; sabe quanto custa produzir. E ele tem consciência de que, atualmente, é preciso ter um bom nível de produtividade"

vidade. Não se pode mais produzir 150/200 sacas por alqueire, no caso do milho. Com a tecnologia que temos hoje, é preciso produzir mais de 300 sacas por alqueire. Menos do que isto não dá.

Agroanalysis – O senhor é produtor de laranja? As perspectivas são positivas para a citricultura, nesta temporada?

Alonso – Produzo laranjas para consumo, não para a indústria; mas como sou presidente do Sindicato Rural de Aguaí, posso comentar sobre esse tema. Em 2004, o preço foi de US$2,30/caixa. Para este ano, a tendência é de o preço aumentar; isso para quem não fez contrato com a indústria, no ano passado.

Agroanalysis – O crescimento do agronegócio acaba exercendo um efeito positivo sobre vários campos da engenharia. O setor dá impulso à construção civil, à produção de máquinas e implementos, a investimentos na agroindústria.

Alonso – É verdade. Meses atrás, o produtor rural tinha que ficar na fila para receber o seu trator. Quando a agricultura vai bem, tudo vai bem, porque ela gera negócios. E a engenharia está envolvida em todos os processos produtivos, nós representamos mais de 70% do PIB do País.

“Sou totalmente favorável a um exame de habilitação para os engenheiros recém-formados. Veja o que aconteceu no exame da OAB: a aprovação não chegou a 10%”



Agroanalysis – A exemplo do que ocorre com os advogados, que precisam passar pelo exame da Ordem para exercer a profissão, o senhor acha que os engenheiros recém-formados deveriam ser submetidos a algum exame de habilitação profissional?

Alonso – Se dependesse de mim, esse exame já estaria em vigor. Sou totalmente favorável. Veja o que aconteceu no último exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil): a aprovação não chegou a 10%. Isso não seria muito diferente no caso da engenharia. A qualidade do ensino caiu muito. Existem muitos cursos de engenharia noturnos ‘por aí’.

Agroanalysis – O senhor está encerrando, este ano, seu segundo mandato no comando do CREA-SP. Qual foi a principal realização da sua gestão?

Alonso – A mais importante foi a descentralização. O CREA deixou de ser um órgão cartorial e passou a ser visto como uma empresa pública ágil. Nosso objetivo foi o de oferecer todos os serviços ao maior número possível de cidades. São 120 seccionais espalhadas pela Capital, Grande São Paulo e pelo interior. Facilitamos a vida dos profissionais. ■



Novo paradigma para a política do agronegócio

Neste princípio de 2005, o agronegócio reserva duas importantes notícias para o País. A primeira diz respeito ao saldo comercial, que alcançou cifra recorde na história do comércio exterior nacional. Esse resultado fortalece a economia interna e cria expectativas para impulsionar os investimentos em infra-estrutura e logística, imprescindíveis para uma retomada mais consistente do crescimento do Brasil.

Outro fato importante foi a sanção presidencial aos novos títulos para o financiamento das cadeias produtivas. Depois da promulgação do sistema nacional de crédito rural, em 1966, continuou-se a insistir no modelo de grande intervenção governamental, sem condição de operar há, pelo menos, duas décadas. **Agroanalysis** vai centrar seu enfoque na informação, difusão e no esclarecimento desses instrumentos. O resultado inédito apurado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros nos contratos agrícolas, em 2004, é a prova mais cabal de que existe um segmento empresarial no setor, ávido para atuar nesse emergente mercado.

Vale lembrar que o Governo, no passado, já assumiu a incumbência de administrar um terço da produção nacional de cereais e oleaginosas. Ocorreram perdas e desvios na gestão e movimentação desses grãos, sempre com ônus pesados para os cofres públicos. Para a agricultura, uma providência em vão, sem servir como paliativo, pois não gerava renda e liquidez na comercialização.

Na verdade, começa agora um novo modelo institucional, bem mais adequado às relações da produção primária, com os fornecedores de insumos e máquinas, as agroindústrias processadoras, armazenadores, *traders*, transportadores, entre outros agentes. É o universo do *agribusiness* com a integração de todos os setores econômicos. O mercado financeiro movimenta mais de R$500 bilhões, e a agricultura precisa de quase um quinto desse valor para girar a produção. Oportunidades certamente existem.

A **Agroanalysis** traz também artigos sobre culturas tradicionais no País, que tiveram seus ciclos históricos de desenvolvimento. Elas representam agropolos de desenvolvimento e aproveitam os arranjos produtivos locais de determinadas regiões: e poderão ter seus resultados potencializados, se houver uma ação integrada entre os governos (federal, estadual e municipal).

Já os produtores de cacau renovam suas lavouras com clones resistentes à vassoura de bruxa, e a rentabilidade volta. Como resultado disso, os preços das terras no Sul da Bahia, nas cercanias de Ilhéus, valorizaram. Em relação à área ocupada no passado, face ao adensamento, a cultura reduzirá seu espaço entre 40% e 50%. A recuperação é lenta, mas consistente, sem a expectativa de uma reprise dos 'anos dourados' da primeira metade da década de 70.

Depois de anos de baixa e do acúmulo de seguidos prejuízos, a cafeicultura ensaia uma recuperação e busca a estratégia para a melhoria da qualidade. A cana, embalada pela melhoria do preço do açúcar e pelas boas perspectivas do álcool combustível, representa no momento a cadeia produtiva mais ativa do agronegócio.

Na parte sanitária, exemplos não faltam a respeito da necessidade de priorizar a adoção de medidas preventivas e corretivas. A soja e a banana, respectivamente, afligidas pela ferrugem e pela sigatoka negra, vivem dias de apreensão, com o alastramento dessas epidemias. Focos novos continuam a ser registrados. A gripe asiática, na avicultura, pela sua agressividade, assombra principalmente o mundo asiático, mas é uma ameaça para todos. E a febre aftosa, na bovinocultura, é motivo de uma mobilização sem precedentes no continente americano.

Boa leitura. ■

AGROANALYSIS Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfouri Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO
REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)
REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Fernando José Lopes, Ivani Fernandes Oliveira, Luiz Antonio Pinazza e Orlando Rossini Jr.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Orlando Rossini Jr., tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: rossini@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Fernando José Lopes, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTOS DE VENDA: São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875; Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa
DIRETOR DE OPERAÇÕES-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella
SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio
VICE-PRESIDENTE: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)
VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), José Ermírio de Moraes Neto (Votorantin Participações S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sanglard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)
SUPLENTES: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A),

CONSELHO CONSULTIVO
Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão



15
MACROECONOMIA
O que esperar da taxa de juros?
Rogério Mori



16
CACAU
De volta ao futuro
Recuperação das lavouras e bons preços trazem esperança aos produtores

7
O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE



10
AGRODROPS

4
ABRE ASPAS



Engenharia representa 70% do PIB
José Eduardo de Paula Alonso, presidente do CREA-SP, avalia o mercado de trabalho e as perspectivas do agronegócio

18
AVICULTURA
Custo da Influenza Aviária chega a US$ 130 milhões







12
COMÉRCIO EXTERIOR
Agronegócio garante superávit
Exportações do setor em 2004 somam US$ 39 bilhões

19
PECUÁRIA
O cenário para 2005
Apesar do sucesso das exportações em 2004, os preços da arroba foram baixos

14
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
Avanços e resistências
A OMC será capaz de fechar um acordo para o comércio agrícola até 2006?

Venda de vacinas contra febre aftosa bate o recorde



23
BANANA
Doença ameaça a cultura
Sigatoka Negra chega ao Vale do Ribeira, maior produtor brasileiro

Mercado mundial movimenta US$ 4 bilhões



Comercialização da soja é lenta

Controle da ferrugem é prioridade

Problemas de logística elevam preços dos adubos

Mercado de defensivos prevê expansão

Vendas de máquinas agrícolas deverão cair

42
CANA-DE-AÇÚCAR
Números recordes no setor

43
BIOTECNOLOGIA
Sancionada a lei para a soja transgênica



26
CAFÉ
Os ciclos das exportações
O desempenho dos negócios no período 1961 a 2004
César de Castro Alves e Carlos José Caetano Bacha

Colheita menor na safra 2005/2006



37
MEIO AMBIENTE
Mercado de carbono na ponta do lápis
O Brasil tem hoje 18 projetos de MDL



30
POLÍTICA AGRÍCOLA
Seguro da produção
Congresso aprova lei para a garantia de renda do produtor

39
LEGISLAÇÃO
Lucros na preservação

45
TENDÊNCIAS
Agropolo e Arranjo Produtivo Local



31
SAFRA 2004/2005
Cresce a produção, cai a rentabilidade

Colheita aumenta 10,7%, conforme mostra o primeiro levantamento da Conab

MAPA tem estratégia para intervenção



40
ENERGIA
Biodiesel na esteira do PROALCOOL
Programa deverá impulsionar o desenvolvimento de áreas pobres

47
MERCADO FUTURO
Hedge da relação de troca entre soja e milho
Comércio de têxteis e vestuário entra em ebulição



49
MARKETING
Gestão da força de vendas no agronegócio (2)

CARTAS

Flores

A edição de novembro de 2004 trouxe uma extensa matéria sobre dois importantes estudos realizados pelo Programa FloraBrasilis, como resultado do convênio entre o Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor e a APEX-Brasil. Tais estudos constituíram a Pesquisa Qualitativa sobre o Potencial Exportador das Flores e Plantas Ornamentais do Brasil e o Plano Estratégico das Exportações de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil. No entanto, lamentavelmente, constatamos que em nenhum momento, ao longo das quatro páginas, foi citado o nome dos autores desses dois estudos; os sócios diretores da Hórtica Consultoria e Treinamento, o engenheiro agrônomo Antonio Hélio Junqueira e a economista Márcia da Silva Peetz.

Sergio Pupo Nogueira Junior
Presidente do Instituto Brasileiro de Floricultura

O nosso objetivo jamais seria o de causar desconforto, mas sim promover o estudo desenvolvido pelo IBRAFLOR. Não sabíamos que os autores do trabalho são o engenheiro agrônomo Antonio Hélio Junqueira e a economista Márcia da Silva Peetz, profissionais de nossa estima particular.

Luiz Antonio Pinazza
Editor Executivo

Solução

Estou lendo alguns exemplares de **Agroanalysis,** e pude perceber o quanto isso me foi gratificante. Apesar dos meus 46 anos, acredito que a saída para o País ainda está no campo.

José Manuel de Gouveia,
Nova Iguaçú (RJ)

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail *agroanalysis@fgvsp.br* ou para Redação Agroanalysis, Av. Paulista 548, 9º andar, CEP: 01310-000, São Paulo (SP)

AGRO

Calendário da soja



Lucas do Rio Verde (MT) começou a colher logo no início de janeiro as lavouras de soja de ciclo precoce, plantadas em setembro. O município plantou 230 mil hectares dessa variedade e espera colher cerca de 690 mil toneladas de grãos, com uma produtividade de 3.000 quilos/ha. A safra da soja se concentra em março, quando são colhidos cerca de 40% das lavouras na região Centro-Sul do País. Pelas previsões da Conab, foram colhidos em janeiro 2% das lavouras, 15% em fevereiro, 35% em abril, e o restante em maio (8%).

Explosão no Cerrado

Um estudo do Ipea mostra que a área plantada de soja registrou uma expansão média de 13,8% nas últimas três safras (2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004). Esse percentual é quatro vezes superior à média de 3,6% registrada nos 10 anos anteriores

ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
e participe da publicação que melhor acompanha o agronegócio
0800 770 88 81

Genômica funcional

A Unesp vai construir em seu campus de Botucatu (SP) o Centro de Genômica Funcional. O prédio, com 1.200 metros quadrados, vai exigir o investimento de R$ 7 milhões, que serão bancados pela FAPESP, Grupo Santander-Banespa e Central Bela Vista de Genética Bovina. O genoma funcional do boi será um dos primeiros projetos científicos a utilizar os laboratórios do novo centro. O Centro de Genômica Funcional da Universidade Estadual Paulista foi idealizado pelos professores Antônio Carlos Silveira e Luiz Roberto Furlan, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

Caipirinha azeda

Boa parte dos preços de produtos agrícolas contribuíram para segurar a inflação no atacado em 2004, à exceção de legumes e frutas, que encerraram o ano com alta de 24,21%. As maiores altas foram da alface (81,91%) e do limão (207,69%). A inflação de 2004 medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) fechou 2004 em 12,41%, segundo a FGV.



Hambúrguer com fritas



Estudo realizado por pesquisadores de instituições norte-americanas, publicado na edição de janeiro da revista médica The Lancet, comprova os danos causados pelo hábito do fast-food. A pesquisa acompanhou desde 1985 mais de 3.000 pessoas, com idade entre 18 e 30 anos na época. Vários problemas foram encontrados, como a obesidade e o maior risco de contrair diabetes. Aqueles que frequentavam as lanchonetes mais de duas vezes por semana registraram aumento de peso de, em média, 4,5 quilos a mais do que os que costumavam ir menos de uma vez por semana. Entre 1988 e 1994, 23% dos habitantes dos EUA podiam ser classificados como clinicamente obesos. Em 1999, esse total havia saltado para 30%. Os problemas causados pela obesidade causam cerca de 300 mil mortes, além de gastos estimados em US$ 100 bilhões para o sistema de saúde dos EUA.

Valor dos subsídios

Em apenas dois anos (2000 a 2002), os países ricos concederam aos seus produtores rurais US$ 230 bilhões em subsídios, o equivalente a 46% da produção total destes países. É o que revela um relatório do Banco Mundial, divulgado este mês.

> "A proteção a produtos manufaturados diminuiu em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Mas a proteção agrícola ainda é muito alta"
>
> **François Bourguignon,** *economista-chefe do Banco Mundial*

D R O P S

Sadia X Perdigão

O grande projeto da Perdigão para 2005 é a construção do novo complexo agroindustrial em Mineiros (GO), destinado ao abate e processamento de peru e chester . A unidade será composta de dois abatedouros, um incubatório, uma fábrica de ração e um Centro de Distribuição (CD). O início das operações do complexo está previsto para o segundo semestre de 2006. A empresa estima os investimentos para implementação do projeto em R$ 240 milhões, entre investimento fixo e capital de giro.

Já a Sadia planeja investir cerca de R$ 500 milhões este ano, mais do que o dobro dos R$ 220 milhões que investiu em 2004. A maior parte será aplicada no aumento da produtividade da companhia. A unidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, vai receber R$ 185 milhões.



Mercado de flores

A FloraHolland, empresa que promove leilões de flores, estima que as vendas este ano devam permanecer estáveis, seguindo o mesmo comportamento dos últimos dois anos.

A previsão leva em conta a estagnação do consumo de flores na Alemanha e a desvalorização do dólar em relação ao euro.

A cooperativa, que tem 4,5 mil produtores, arrecadou em 2004 US$ 2,6 bilhões.

Memória do agronegócio

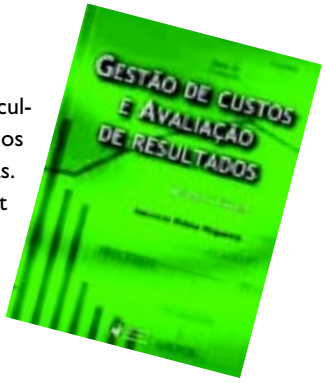


• Há 15 anos era editado o livro "O Agribusiness Brasileiro", de autoria de Nay Bittencourt de Araujo, Iva Wedekin e Luiz Antonio Pinazza, que trouxe uma nova forma de entender e olhar a agricultura. A obra teve ampla aceitação do publico formador de opinião, principalmente da academia e da mídia. Gradativamente, seus textos passaram a pautar o mundo dos negócios das empresas, cooperativas e empresários agroindustrias, que incorporam a visão das cadeias produtivas.

• Há 25 anos, a TV Globo lançou o Globo Rural, que até hoje faz os padres mudarem o horário da missa pelo interiores do Brasil.

• Há 50 anos, o jornal do Estado de São Paulo lançava o Suplemento Agrícola. Na edição número 1, o destaque foi para a moderna agricultura paulista.

Pecuária de resultados



O livro "Gestão de Custos e Avaliação de Resultados" - Agricultura e Pecuária traz informações e conceitos sobre os novos rumos da administração dos custos de produção e avaliação de empresas. O projeto do livro foi aprimorado durante sete anos pelo Scot Consultoria, período em que inúmeras empresas rurais foram visitadas e diagnosticadas técnica e economicamente. O livro aborda exemplos práticos e corriqueiros para os profissionais da área rural.

CUSTO

R$ 1,5 bilhão

é quanto os produtores de soja brasileiros deverão gastar com fungicidas nesta safra, por conta da Ferrugem Asiática

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Agronegócio garante superávit

Com recorde na sua balança comercial, outro desempenho excelente em 2004

Em comparação com 2003, as cifras apuradas nas exportações brasileiras do agronegócio revelam outro crescimento no exercício de 2004. Tanto a receita total como o saldo comercial expandiram e atingiram novo recorde. Em relação à pauta total do País, a participação do setor permanece praticamente estável, na ordem de 40,4%.

O vigoroso avanço do agronegócio no exterior foi ancorado no bom desempenho de produtos como a carne bovina, suína e de frango, o complexo da soja (grão, farelo e óleo), açúcar, álcool e madeiras. Juntos, esses produtos explicam 71% do aumento das exportações do setor, em 2004. Café, fumo, lácteos e algodão também tiveram uma boa performance. Entre os principais produtos, apenas o suco de laranja registrou queda nas remessas, de 7%, devido aos preços internacionais, que foram menores.

A boa brisa de 2004

- Crescimento da economia mundial;
- Preços das *commodities* agrícolas;
- Problemas sanitários em países exportadores de carnes;
- Abertura de novos mercados;
- Estabilidade macroeconômica interna.

Brasil: crescimento das exportações do agronegócio, por destino

Mercosul	19,8%
Nafta, exceto o México	19,1%
União Européia	20,4%
Europa Oriental	20,8%
Ásia	38,6%
Oriente Médio	33,0%
África	51,4%

Se em 2004 o Brasil alcançou o maior saldo comercial da sua história, o desempenho do agronegócio foi decisivo para a conquista desse resultado. Um feito memorável para um país sem tradição no comércio internacional.

Conforme os números do Fundo Monetário Internacional, em 2004, a taxa média de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento ficou em 22%, inferior, portanto, ao número registrado pelo Brasil, que foi de 32%.

Os embarques nacionais chegaram a mais de 150 países. A diversificação dos destinos continuou a caracterizar as exportações do agronegócio. Houve um aumento da participação de novos mercados, como da Ásia, Oriente Médio e África. Juntas, essas regiões foram responsáveis por quase metade do aumento das receitas externas. Como as taxas de exportações cresceram para todos os principais blocos econômicos, mas em intensidade diferente, houve mudança na participação dos blocos no ranking de destinos das exportações.

A União Européia continuou na liderança, absorvendo 34,4% das vendas totais do agronegócio.A participação da Ásia aumentou de 18,1% para 19,7%, superando o Nafta, cuja 'fatia' caiu de 17,3% para 16,2%. Cresceram as participações do Oriente Médio (de 6,8% para 7,1%); da África (de 4,8% para 5,7%) e dos países da Aladi, exceto o Mercosul (de 3,8% para 4,4%).

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram os Estados Unidos



(US$5,7 bilhões, +19,9%); Holanda (US$3,7 bilhões, +17,4%); China (US$2,9 bilhões, +31%); Alemanha (US$1,9 bilhão, +17,1%); Itália (US$1,6 bilhão, +27,8%); e Rússia (US$1,5 bilhão, +7,9%).

Com relação à China, sua maior posição de compra teve efeito indireto, já que provocou impacto mundial em itens como soja, café, fumo e algodão, dentre outros. As vendas brasileiras diretas para o mercado chinês subiram 31%, contra 50% em 2003.

Diante do saldo comercial obtido em 2004, o Brasil passou a ocupar a sexta colocação no ranking mundial de resultados com o comércio exterior. O País galgou dois degraus na classificação, saindo da oitava posição, em 2003, e ultrapassando Indonésia e Coréia do Sul.

Perspectivas para 2005

As projeções preliminares apontam a soma de US$108 bilhões nas exportações, ou seja, um novo aumento de 12%, com as importações devendo ficar no intervalo de US$75 bilhões a US$80 bilhões.

Quanto ao agronegócio, o cenário mais realista é o de manutenção dos valores em patamares próximos aos verificados em 2004. De qualquer forma, este é um superávit importante para o agronegócio continuar impulsionando o saldo da balança global brasileira. A desvalorização do dólar frente a outras moedas, inclusive o real, é uma fonte de preocupação.

A queda nos preços de algumas *commodities* é desfavorável, principalmente no caso da soja, com previsão de abarcar cerca de 24 milhões de toneladas, o que representa um crescimento acima de 25%, em comparação com 2004.

Em contrapartida, o Brasil colhe uma safra recorde de 130 milhões de toneladas e ocorre aumento expressivo nos preços de açúcar, etanol e café, nas bolsas internacionais. O esforço de abrir novos mercados conta muito, pois, quase a metade do crescimento da receita de 2004 foi decorrente do aumento das vendas para Ásia, Oriente Médio e África. ■

Brasil: quadro comparativo das exportações de produtos básicos e do agronegócio (em US$ bilhões)

	Brasil			Agronegócio		
Ano	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2001	58,2	55,5	2,7	23,9	4,8	19,1
2002	60,3	47,2	13,1	24,8	4,5	20,3
2003	73,0	48,2	24,8	30,6	4,7	25,9
2004	96,4	62,8	33,6	39,0	4,9	34,1

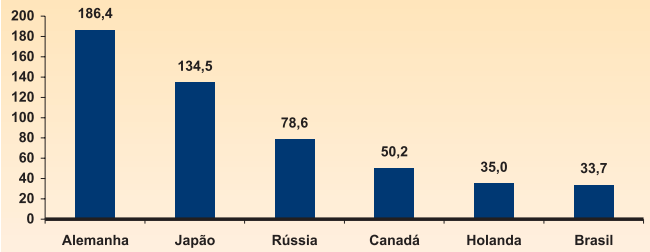
Desembaraços comerciais

1. Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio:
- A mais abrangente negociação sobre o que se produz e comercializa entre as fronteiras dos países;
- Robert Zoellick, chefe da delegação comercial dos Estados Unidos, prorroga o fim da Rodada para 2006;
- Supachai Panitchpakdi, diretor geral da OMC, faz consultas para fechar a Rodada em 2005;
- Existe resistência da União Européia e dos EUA para liberar o setor agrícola;
- É preciso fixar as modalidades de negociação agrícola (pré-negociação).,

2. ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas):
- Envolve todos os 34 países americanos, exceto Cuba;
- Suspensa desde janeiro, na reunião de Puebla, no México;
- Os EUA exigem do Brasil respeito às regras de investimento e propriedade intelectual;
- Concessões na agricultura, somente por meio da OMC;
- Brasil quer negociação no formato "4 + 1" (Mercosul + EUA).

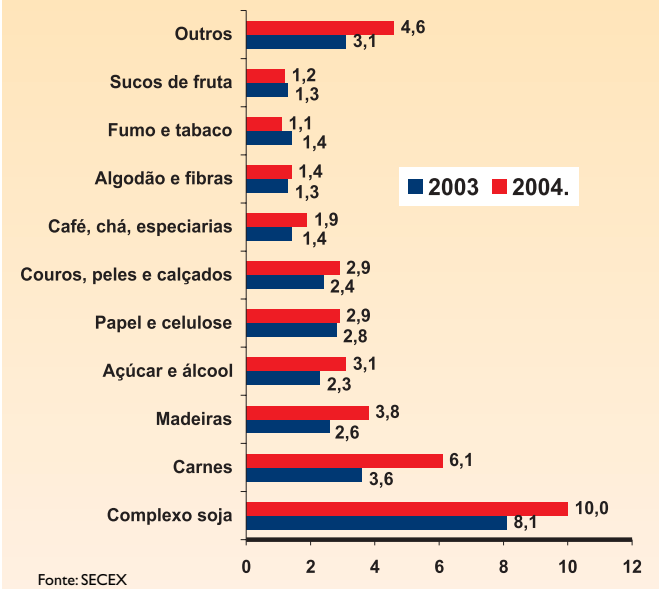
3. Acordo União Européia e Mercosul:
- Primeira associação inter-regional entre grupos de países que não fazem fronteiras entre si;
- Nova comissária agrícola da UE: Mariann Fischer-Boel;
- A UE não pretende pagar duas vezes pela abertura agrícola: concessões no Mercosul e na OMC;
- O Mercosul não consegue acertar a cobrança única da TEC - Tarifa Externa Comum;
- O prazo original para o fechamento da negociação era outubro de 2004.

Ranking mundial em saldos comerciais (US$ bilhões)



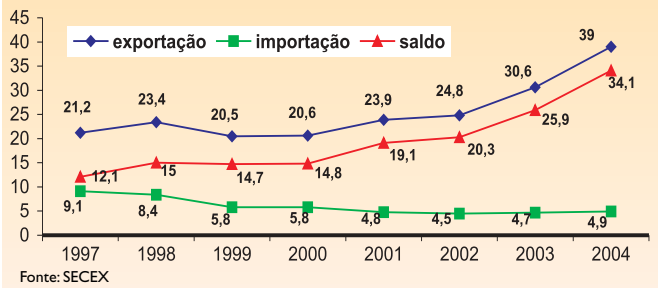
Fonte: Economist e MDIC

Brasil: exportação do agronegócio (US$ bilhões)



Fonte: SECEX

Brasil: balança comercial do agronegócio (US$ bilhões)



Fonte: SECEX

Avanços e resistências

A OMC será capaz de fechar um acordo para o comércio agrícola, até 2006?

Desde a Rodada de Doha (Qatar), em 2001, os países-membros da OMC tentam avançar no corte de subsídios. As negociações progridem a passos lentos. A conferência de Cancun (México), em 2003, acabou longe do consenso, em meio à controvérsia gerada pelo caso da agricultura. Por sua vez, se pelo menos as reuniões realizadas em julho de 2004, em Genebra, na Suíça, produziram um quadro de acordos, a base para o corte de tarifas e dos subsídios foi postergada para as reuniões posteriores.

Mariann Fischer Boel, a nova comissária agrícola da União Européia (UE), no posto desde novembro último, reconhece que 2005 será um "ano difícil" de conversações, e uma etapa obrigatória antes da reunião entre os 148 representantes da OMC, que acontecerá em Hong Kong no final do exercício. Continua sem resposta a pergunta sobre se os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) serão capazes de alcançar um acordo final para liberalizar o comércio mundial até 2006.

Uma vez que o comércio agrícola tem sido um dos maiores obstáculos às conversações mundiais, para a comissária, o grande desafio de seu primeiro ano de mandato será levar adiante o propósito de uma conclusão bem-sucedida das negociações. Os contatos iniciais já foram formalizados com o Grupo dos 20 países em desenvolvimento, liderado pelo Brasil, e com o Grupo dos 10 países, incluindo Japão e Suíça.

Na verdade, a UE, depois de décadas sob uma saraivada de pressões por parte dos países em desenvolvimento para diminuir as políticas protecionistas que distorcem o mercado mundial, mostra claros sinais de adotar uma postura mais liberal, com cortes nos subsídios.

Nesse processo, temerosos de que suas economias sofram um forte impacto na corrida do bloco de 25 nações em direção a mercados mais abertos, surge uma corrente contrária, liderada pelos produtores de banana, açúcar e arroz, da África e da América Central. Sem cotas e sem política de preços mínimos especiais, muitos deles perderam o acesso preferencial à Europa.

A divisão nos interesses competitivos dos países em desenvolvimento não terá solução por meio das políticas uniformes e pode ser apontada como um obstáculo monolítico para os negociadores formatarem acordos de comércio mundial. Um fato é praticamente certo: o mapa geográfico de muitas *plantations* mudará. Os planos de fornecimento de grandes empresas, como Chiquita Brands International Inc., Del Monte Fresh Produce Company e Dole Food Company Inc., terão de considerar novas variáveis.

Produtores tradicionais, como Equador, Honduras e Costa Rica, poderão ver suas plantações de bananais migrarem para a África. Produtores de cana-de-açúcar, que estão há muito tempo na Jamaica, virão para o Brasil.

A posição da UE é bem difícil. O problema maior não é cortar seus 'gordos' subsídios de € 43 bilhões por ano, que estimulam o excesso de produção e derrubam os preços mundiais, penalizando a receita dos países agro-exportadores. Seu restrito orçamento justifica qualquer medida dessa natureza. A dificuldade será desmontar os complexos esquemas articulados para ajudar as nações de agricultura pobre, tais como as cotas e tarifas. A primeira opção restringe diretamente o fluxo comercial, e a segunda deixa mais espaço para a competição.

Escolher quem perde e quem ganha será o custo político para a UE. A banana representa um dos casos mais dramáticos dessa situação. O Bloco é contra levantar as barreiras à sua importação, em parte, para proteger os seus próprios produtores nas Ilhas Canárias, da Espanha. Em 2001, o Bloco concordou em oferecer cotas de acesso às nações caribenhas e latino-americanas, mas o prazo expirou em dezembro de 2004, sob a promessa de se limitar a taxar a fruta.

Muitas das antigas colônias da UE reivindicam uma tarifa alta, de € 275 por tonelada, para garantir o acesso das suas mercadorias. O Equador alega que perde mercado, quando a tarifa supera os € 75 por tonelada. Os caribenhos argumentam que perdem um terço das vendas européias, mesmo com uma tarifa de €150 por tonelada. No abocanhar da renda, resta decidir com quem fica a parte do meio copo vazio e com quem fica a do meio copo cheio. ■

O que esperar da taxa de juros em 2005?

ROGÉRIO MORI

Após o ciclo de flexibilização da política monetária, que se encerrou em abril de 2004, o Banco Central (BC) voltou a aumentar a taxa básica (Selic), em setembro do ano passado. Após quatro altas sucessivas, a taxa de juros fechou 2004 em 17,75% ao ano. Mais do que isso, os comunicados e as declarações do BC indicam que a restrição da política monetária irá continuar por um bom tempo. Dentro desse contexto, cabe indagar quais são os elementos condicionantes e qual será a trajetória futura da taxa de juros, ao longo do ano.

Para se ter uma noção dos próximos passos da política monetária, é preciso incorporar analiticamente quais são as que condicionaram as recentes altas de juros.

Com relação à inflação atual, os indicadores sinalizam para o estabelecimento de um patamar em curto prazo, que persiste há alguns meses: o IPCA acumulado em 12 meses, que estava em 7,2% em agosto do ano passado (mês anterior ao início da alta), se manteve relativamente estável em torno desse patamar e fechou o ano de 2004 acima de 7%. As perspectivas para os próximos meses apontam para uma trajetória lenta de queda da inflação, a ser confirmada pelos indicadores do começo do ano. Nesse contexto, não é de se esperar alívios da política monetária por essa via, no começo de 2005.

No que tange às expectativas de inflação medidas pelo IPCA para o ano, levantadas pelo BC junto às instituições financeiras, estas ainda se situam acima do desejado pela instituição, mesmo com as altas da taxa de juros (vide tabela). Esse aspecto apenas reforça, para o Banco Central, a idéia de que o arrocho monetário deverá permanecer por um bom tempo.

Em curto prazo, o único elemento que começa a se contrapor a novas altas de juros vem do lado do crescimento. Apesar do bom resultado de 2004, com um aumento do PIB da ordem de 5%, e do elevado ritmo de produção de alguns segmentos da economia, os indicadores de atividades econômicas começam a mostrar desaceleração na margem. A manutenção desse quadro para os próximos meses diminuirá as preocupações do BC quanto à velocidade de expansão da demanda agregada e se constituirá em um elemento a menos a influenciar a ocorrência de novas altas de juros.

A síntese desse quadro sugere que as taxas de juros devem permanecer elevadas durante boa parte de 2005, sendo possível que o BC promova novas altas no começo do ano.

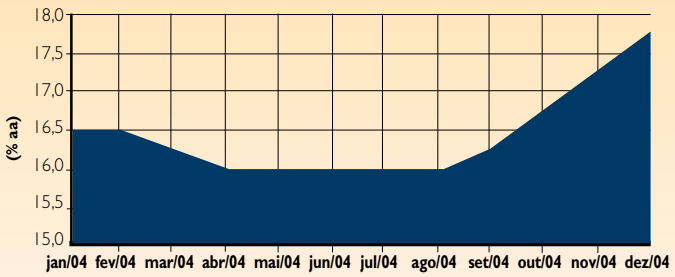
A análise realizada sugere que a reversão desse quadro estará condicionada:

1) A sinalizações concretas por parte dos indicadores de inflação, de que a trajetória da mesma está convergindo para as metas de longo prazo;
2) À convergência das expectativas de inflação para as metas estabelecidas;
3) À manutenção de um quadro de crescimento econômico moderado.

A ocorrência desses eventos deverá estar consolidada, provavelmente, apenas daqui a alguns meses.

Em outras palavras, é razoável supor que reduções nas taxas de juros sejam mais factíveis apenas no final do primeiro semestre ou na segunda metade do ano. ■

Decisões do Banco Central sobre a Taxa Selic % a.a.



Fonte: Banco Central

Preocupações do Banco Central

• O atual patamar da inflação, tanto nos preços ao consumidor quanto no atacado (principalmente, industrial), incompatível com a trajetória de desinflação, desejada para o período;

• As expectativas de inflação, medidas pelo IPCA para 2005, situando-se acima das desejadas pelo Banco Central, de 5,1%;

• O ritmo de crescimento da economia e sua compatibilidade com a velocidade de expansão da oferta agregada e com os riscos inflacionários associados.



De volta ao futuro

Recuperação das lavouras e bons preços trazem esperança para os produtores

No prazo de sete a oito anos, o Brasil poderá virar o jogo por completo na cadeia produtiva do cacau: voltar a ser auto-suficiente, suprir a demanda anual de 200 mil a 250 mil toneladas e ficar livre da dependência das importações.

O cacau já representou 60% da riqueza baiana, mas está, há décadas, em decadência. O Estado, hoje, importa o fruto. A recuperação da lavoura no Sul é considerada importante, não só pela elevação da renda, mas também pela geração de até 200 mil empregos. A cacauicultura estadual vai do município de Valença ao extremo Sul, passa pelo Vale do Jequiriçá e abrange uma pequena área isolada em São Francisco do Conde e Santo Amaro.

A crise surgiu no início de maio de 1989, com a introdução do fungo da vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*) no cacau baiano. A praga atinge progressivamente as partes verdes da planta e, em 1995, já dominava toda a região. O episódio transformou o Brasil de exportador em importador.

Agrofloresta

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), sob a visão do desenvolvimento sustentável com sistemas agroflorestais, é responsável pela formulação de políticas e a promoção do desenvolvimento agro-econômico das regiões produtoras.

Todo cuidado é recomendável; a cacauicultura no Brasil está instalada nos dois maiores biomas do mundo: a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica. A plantação é compatível com a natureza, preserva o meio ambiente e gera empregos e renda.

Desde 1998, pesquisas e experiências estão resultando em um pacote tecnológico, cuja base era a enxertia de plantas infectadas com variedades de cacaueiros tolerantes à vassoura-de-bruxa. Uma dessas técnicas é a clonagem, que consiste em usar pedaços de plantas que resistem à doença e produzir outras (sem a modificação da ordem genética).

O Programa de Modernização da Lavoura Cacaueira tem como 'estrela' o cacau clonado. São mais de 30 cultivos diferentes; o processo de renovação se dá pela enxertia: o material genético resistente à vassoura-de-bruxa é enxertado em uma árvore doente, sem a necessidade arrancá-la do solo. A árvore doente absorve a nova genética e, ao longo dos anos, se torna sadia.

Restrições orçamentárias diminuem o ritmo de renovação da lavoura, pois seu custo é elevado, em torno de R$3,5 mil por hectare. Por sua vez, o retorno do investimento é lento: a árvore demora dois anos para começar a produzir e outros seis anos para que a produção de amêndoas se estabilize economicamente.

Porém, nos últimos quatro anos, mais de 30% da área cultivada foi renovada. Até 2007, a meta é clonar os 350 mil hectares e recuperar as áreas de lavoura abandonadas. Na outra parte das terras ocupadas, de quase 250 mil hectares, a idéia é incentivar o plantio de outras culturas como fonte de renda.

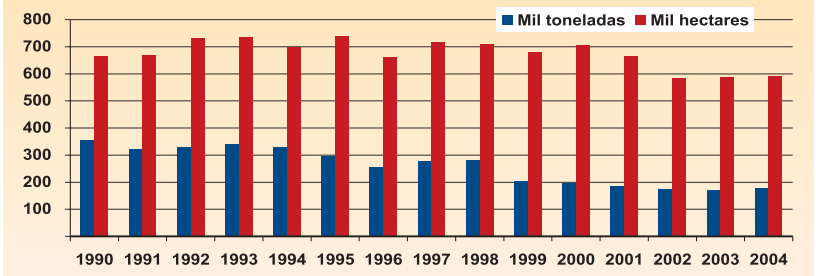
Cacau na Bahia

- 80% da produção nacional
- Área, no passado: 600 mil hectares
- Área atual: 350 mil hectares
- Cacau clonado: 120 mil hectares
- Variedades clonadas: 20
- Propriedades: 20 mil
- 80 municípios: 3 milhões de habitantes

Os técnicos da Ceplac frisam que os resultados são fruto de mais de dez anos de pesquisas. Há cinco anos, foi iniciado o plantio. Desde 2000, a chamada Rede de Genômica do Estado da Bahia, que reúne pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), no Sul do Estado; da Unicamp, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), trabalha na criação de uma planta de cacau mais resistente.

O uso da tecnologia dos transgênicos

Bahia: evolução da cultura de cacau



Fonte: MAPA

pode ser uma fórmula rápida para a produção de mudas resistentes e o aumento da produtividade do cacau, sem grandes prejuízos ao meio ambiente. O desenvolvimento de uma espécie de cacau resistente à vassoura-de-bruxa é considerado como apenas uma questão de tempo.

Frente ao processo de substituição das árvores doentes por espécies resistentes ao fungo da vassoura-de-bruxa, as terras são valorizadas. Com o ganho de tecnologia, as variedades clonais permitem a recuperação da lavoura, especialmente, no Sul da Bahia, principal foco da doença.

Terra valorizada

No mercado de terras da região, o hectare chegou a custar R$300, no período mais grave da crise. Agora, está custando mais de R$2 mil. Se nos próximos cinco anos seu valor triplicar, isso não será surpresa. No período pré-crise, alcançava os R$ 6mil. Na região, há 104 assentamentos e 5,3 mil famílias ocupam uma área de 30 mil hectares. Muitos agricultores tentam reaver na justiça suas propriedades abandonadas e invadidas por sem-terras, com o renascimento da cultura e dos preços.

O setor produtor pleiteia o perdão das dívidas contraídas após o surgimento da vassoura-de-bruxa na região. Como a grande maioria não teve acesso à linha de financiamento, apesar dos métodos de combate, os focos da doença persistiram. O crédito só foi suficiente para atender a 30% dos produtores da região Recentemente, o governo renegociou a dívida dos cacauicultores para 20 anos e concedeu desconto de 25% para as parcelas pagas em dia. No Plano de Safra, o governo anunciou uma linha para a renovação das árvores, na qual o produtor tem oito anos para pagar, com carência de quatro anos e juros de 8,75% ao ano.

Safra 'gorda'

A Bahia colheu 170 mil toneladas de cacau na safra 2003/2004, um volume 45% superior ao da última safra. As boas condições climáticas, resultantes do equilíbrio entre o índice de temperatura e a umidade, e o plantio de variedades clonadas mais resistentes afastaram a vassoura-de-bruxa dos campos. Os produtores ficaram surpresos, pois esperavam uma colheita de 130 mil toneladas.

O mercado local é balizado pelos preços da mercadoria importada (FOB - Holanda). Historicamente, o preço segue a volatilidade dos contratos da bolsa de Nova York, mas passou a depender mais de fatores internos, por conta da oferta ajustada. O cacauicultor brasileiro ganha mais do que o triplo do produtor da Costa do Marfim.

Mundo: produção e estoque de cacau (1000 t)

Item	2002/03	2003/04
Produção (1)	3.154	3.347
Estoque (2)	1.178	1.326
(2)/(1)	37,35%	39,62%

Fonte: Organização Internacional de Cacau

A safra temporã ficou em 66 mil toneladas no período de 2003/04, em comparação com as 84 mil toneladas da safra anterior. O atraso na sua colheita, devido a problemas climáticos e ao avanço do fungo da vassoura-de-bruxa nas lavouras, sustenta os preços do produto no mercado brasileiro. Segundo o Conselho Nacional de Produtores de Cacau (CNPC), desde junho, quando começou a colheita, a arroba está cotada, em média, entre R$65,00 e R$75,00.

Os preços altos no mercado internacional reduzem as importações e colaboram para a menor oferta de cacau. Nesse cenário de oferta ajustada e preços em alta, os produtores têm ainda a seu favor o aquecimento da demanda por chocolates no mercado interno.

A ausência de grandes precipitações pluviométricas durante o ano e a incidência de luminosidade na medida certa também resultaram em maior capital para os produtores. Com a colheita melhor, ocorrem investimentos na melhoria do plantio. Outro incentivo à produção é o Programa Prodefruta, do governo federal, que disponibilizou R$240 milhões para a cultura, este ano.

Com a adoção de tecnologias e o manejo integrado, a expectativa é de que a produção ultrapasse 200 mil toneladas, em 2005. A estimativa é de aumento do processamento de cacau em 5%, este ano, chegando a 205 mil toneladas. Com o aumento do consumo, a indústria redireciona a produção para o mercado interno.

O contexto atual da economia internacional pode ser alterado em função de fatores como secas prolongadas e guerrilhas nas principais regiões produtoras, como a Costa do Marfim, que responde por 41% da produção mundial. O Brasil é o 5º no ranking, com apenas 4%. Os estoques em relação à produção continuam bem elevados. ■

Do cacau ao chocolate

A história do cacau tem sua origem envolta por mitologia e lenda. O deus asteca Quetzcoalt, senhor da Lua prateada e dos ventos gelados, prometeu dar aos mortais uma grande fonte de energia e prazer. Para tanto, furtou as sementes da árvore sagrada dos campos luminosos do Reino dos Filhos do Sol. Dessa forma fantástica, as plantas de cacau apareceram na região dos Astecas. Ligada à religiosidade, a árvore foi primeiramente cultivada por sacerdotes. A sua bebida amarga, com poderes especiais, extraída das favas da planta, só podia ser tomada em taças de ouro.

Quando conquistou o México (1519-1521), na carta encaminhada a Carlos V, o comandante espanhol Fernando Cortez escreveu sobre a taça de puro ouro servida pelo imperador Montezuma. Sua grande estranheza estava em notar que esse hábito, além de ser uma demonstração de riqueza, relevava a imensa estima que a bebida escura merecia. Uma taça daquele líquido reconfortava um homem da longa caminhada de um dia, sem a necessidade de qualquer outro alimento, registrava Cortez.

O termo chocolate vem do dialeto nauatle, usado na América Central pré-Colombiana. Porém, no século XVIII, uma lenda já o relacionava à palavra grega theobroma, que significa alimento dos deuses. O autor teria sido um botânico sueco chamado Carlos Lennaeus, que conhecia bem a trajetória do chocolate ao longo dos tempos e por intermédio dos povos.

Um fato marcante para a difusão do chocolate no mundo aconteceu no casamento de Luís XIII, da França, com Ana, da Áustria. Monges espanhóis ofereceram chocolates de presente aos noivos. A Corte francesa aderiu rapidamente à novidade, que transformou os hábitos dos nobres de toda a Europa.

No início, foi consumido segundo os costumes astecas, ou seja, as favas eram trituradas e amassadas. Mas quando descobriram a combinação do mel e das especiarias com o chocolate, a sua aceitação cresceu.

No casamento de Maria Tereza, filha de Felipe IV, da Espanha, com Luís XIV, o chocolate saiu da cozinha dos conventos para entrar nos primórdios da industrialização.



Entretanto, o grande marco da industrialização foi em 1778, quando o cacau, denominado Dádiva dos Deuses e considerado um privilégio dos sacerdotes e da nobreza, chegou ao homem comum.



Custo decorrente da Influenza Aviária chega a US$130 bilhões



Doença surgida em 2003 atinge 10 países da Ásia

Segundo o Instituto Oxford de Prognósticos Econômicos, a expectativa é de que, até 2005, a Influenza Aviária, que eclodiu no final de 2003 no sudeste asiático, cause aos 10 países asiáticos mais diretamente afetados perdas da ordem de US$130 bilhões.

Realizada em Seul, na Coréia do Sul, em dezembro último, a Conferência Internacional sobre Zoonoses reuniu cerca de 170 epidemiologistas de todo o mundo; entre eles, representantes da OMS-Organização Mundial de Saúde, da OIE-Organização Mundial de Sanidade Animal, da ASEAN, entidade que congrega 10 nações do Sudeste Asiático e, ainda, do Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos EUA.

O evento apresentou a triste constatação de que, na maioria das epidemias ocorridas nos últimos 30 anos, tanto homens como animais foram igualmente afetados. Três das principais doenças são ressaltadas com o mesmo grau de importância – AIDS, SARS (pneumonia asiática) e Influenza Aviária. Por isso, não se pode mais retardar os primeiros passos para a formação da rede global de prevenção de epidemias.

Coréia do Sul sacrificou plantel

Sem nenhum registro anterior, o país foi pouco afetado pelo atual surto de Influenza Aviária. Ao detectar o primeiro caso da doença, em 10 de dezembro de 2003, o governo sul-coreano precisou sacrificar cerca de 5,3 milhões de aves, enfrentando prejuízos da ordem de 150 bilhões de wons (perto de R$400 milhões). Entretanto, as perdas sul-coreanas não ficaram restritas à avicultura, pois alcançaram também o turismo e o comércio, chegando inclusive a afetar o PIB do país, que está sofrendo uma redução em relação ao de 2003.

Com o último registro da doença no país em março de 2004, seis meses depois, em 21 de setembro de 2004, a Coréia do Sul se autodeclarou livre da Influenza Aviária, na forma prevista pelas normas da OIE. Portanto, é considerada "área verde" para a epidemia. Mesmo assim, as autoridades sanitárias locais não descartam a possibilidade de re-introdução do vírus na avicultura, razão pela qual são mantidas rigorosas medidas de prevenção.

Esse esforço de nada adiantará, se não houver uma cooperação internacional. Existe grande possibilidade de recorrência e disseminação da IA ao redor do mundo, em 2005. Não foi por acaso que o governo da Coréia do Sul declarou o quadrimestre de novembro/fevereiro como um período de especial alerta para a epidemia.

O vírus da gripe aviária, que atingiu grande parte da Ásia em 2004, é a causa mais provável da próxima pandemia de gripe na população mundial, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os países mais atingidos foram: Tailândia, onde o vírus matou pelo menos 12 pessoas; Vietnã, onde 20 pessoas morreram; e China, ainda considerada fonte da Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave). Os especialistas temem que se repita a tragédia provocada pela gripe espanhola, que, entre 1918 e 1919, matou mais de 20 milhões de pessoas no mundo todo.

As estimativas de mortes variam de 2 milhões a 7 milhões, com o número de infectados sendo superior a um bilhão. Entre 25% e 30% da população mundial podem ser atingidos. O vírus H5N1, da gripe aviária, poderá ser a causa da próxima pandemia.

Com lançamento previsto para março próximo, duas empresas norte-americanas trabalham na elaboração de uma vacina contra o vírus H5N1. Os habitantes da região asiática estarão vulneráveis durante todo o inverno e na primavera, quando o vírus tem maiores chances de se reproduzir.

Suspeita-se de que o H5N1 teria sofrido mutação, adquirindo a capacidade de se espalhar facilmente, por meio da população mundial. Isso pode acontecer, se o vírus da gripe aviária entrar em um animal, como o porco, que carrega também o vírus da gripe humana. Os dois tipos de vírus então se uniriam e sofreriam uma mutação. ■

Recomendações da OMS

- Atentar para a possibilidade de a doença se disseminar, por causa de um inocente hospedeiro: o pato doméstico;
- Incluir o estudo de uma possível exposição da pessoa infectada a patos domésticos;
- Adotar medidas de precaução em relação ao pato doméstico, quanto às populações de áreas afetadas pela doença;
- Não manter patos como animais de estimação;
- Não utilizar fontes de água utilizadas por patos;
- Adequadamente cozidos, a carne de pato e seus ovos não apresentam qualquer perigo para a saúde humana;
- Pesquisar sobre a prevalência da infecção assintomática em patos criados na Ásia, com o objetivo de manter sob controle os atuais surtos da doença na avicultura;
- Com o vírus H5N1 agora endêmico em partes da Ásia, para controlar a doença, serão necessárias significativas mudanças nos processos de criação de aves, especialmente nas zonas rurais.

O cenário para 2005



No ano passado, apesar do sucesso das exportações, os preços da arroba foram baixos

O ano de 2004 foi marcado por várias conquistas, principalmente, no âmbito internacional. O Brasil consolidou a posição de maior exportador de carne bovina do mundo (em volume). Aumentaram, principalmente, as exportações de carne bovina *in natura*; produto mais nobre, portanto, mais caro. A quantidade de compradores aumentou, já são 143 os mercados atendidos. Em 2003, eram 106.

Contudo, os resultados colhidos no campo, na produção de bovinos, não foram, de maneira geral, tão bons. Os preços recebidos pelos produtores evoluíram aquém da inflação.

Para o produtor, 2004 foi o ano da safra de preços firmes. O bom desempenho das exportações, as incertezas com relação ao SISBOV – pregava-se o início da "noventena" – e o bom índice de chuvas ao longo de todo o primeiro semestre, impedindo a tradicional "desova" de animais terminados, em maio, sustentaram as cotações. Preços firmes, porém estáveis.

Já na entressafra ocorreu o inverso. Animais de pasto foram comercializados junto com animais de cocho, graças às chuvas prolongadas, à utilização de sais proteinados e ao aumento significativo da quantidade de cabeças confinadas e semiconfinadas. Estima-se um aumento de 15% para cada uma dessas formas de terminação intensiva.

Assim, entre setembro e outubro, a oferta de animais terminados aumentou consideravelmente. Alguns frigoríficos chegaram a formar escalas de mais de 15 dias, o que não foi registrado na safra. Concomitantemente, o real começou a se valorizar e, em dólares, a cotação da carne exportada recuou um pouco. Como conseqüência disso, os frigoríficos derrubaram as cotações da arroba.

Em novembro, com a oferta de boi de pasto e de semiconfinamento reduzida, e já quase sem boi de confinamento, iniciou-se um movimento de alta. No final de novembro e início de dezembro, com o real se valorizando ainda mais, os frigoríficos passaram a adotar algumas estratégias para impedir que as cotações da arroba subissem novamente: ficaram sem abater um

Variações reais (deflacionadas pelo IGP-DI) e nominais das cotações da arroba entre 2003 e 2004

Praça	Boi gordo		Vaca gorda	
	R$ nominais	R$ deflacionados	R$ nominais	R$ deflacionados
SP - Barretos	2%	-8%	4%	-6%
SP - Araçatuba	2%	-7%	5%	-5%
MG - Triângulo	3%	-7%	4%	-6%
MG - BH	1%	-9%	1%	-9%
GO - Goiânia	8%	-2%	8%	-2%
GO - Sul	3%	-7%	7%	-3%
MS - Dourados	2%	-8%	0%	-10%
MS- Campo Grande	0%	-9%	-3%	-13%
MG - Três Lagoas	3%	-7%	7%	-3%
RS - Erechim	-6%	-15%	-6%	-15%
RS - Pelotas	-8%	-17%	-5%	-14%
BA	12%	1%	9%	-2%
MT - Alta Floresta	1%	-9%	-2%	-11%
MT - Sudoeste	2%	-7%	-1%	-10%
MT - Cuiabá	2%	-7%	-1%	-11%
MT - Barra Garças	6%	-4%	2%	-8%
PR	-4%	-13%	0%	-10%
SC	-2%	-11%	-2%	-11%
PA - Marabá	-2%	-11%	-1%	-11%
PA - Redenção	0%	-10%	0%	-9%
PA - Paragominas	1%	-9%	1%	-9%
RO	0%	-10%	-5%	-14%
TO - Sul	6%	-4%	6%	-4%
TO - Norte	6%	-5%	7%	-4%
RJ	2%	-8%	1%	-8%

Fonte: Scot Consultoria

Variações reais e nominais das cotações médias de animais de reposição (machos anelorados) - São Paulo - entre 2003 e 2004

Produto	R$ nominais	R$ deflacionados
Desmama - 8 a 10 meses	-1%	-11%
Bezerros - 12 meses	1%	-9%
Garrote - 18 meses	-3%	-12%
Boi magro - 24 a 30 meses	2%	-8%

Fonte: Scot Consultoria
Deflacionadas pelo IGP-DI da FGV

Variações reais e nominais das cotações médias de insumos agrícolas, entre 2003 e 2004

Produto	R$ nominais	R$ deflacionados
Fertilizantes	13%	2%
Diesel	24%	12%
Arame liso	28%	16%
Sal mineral	16%	5%

Fonte: Scot Consultoria
Deflacionadas pelo IGP-DI da FGV

Variações reais e nominais das cotações do atacado (São Paulo entre 2003 e 2004)

Peça	R$ nominais	R$ deflacionados
Traseiro	3%	-7%
Dianteiro	4%	-6%
Traseiro avulso	4%	-6%
Dianteiro avulso	2%	-8%
Ponta de agulha	-2%	-12%
Vaca casada	3%	-6%
Equivalente físico	3%	-6%

Fonte: Scot Consultoria
Deflacionadas pelo IGP-DI

ou mais dias por semana, reduziram a quantidade de abates diários, aplicaram preços diferenciados para lotes grandes etc.

Até então, vinham segurando os preços, mas não conseguiam derrubá-los. Com a intervenção junto ao frigorífico Margen e as especulações resultantes, a oferta de animais terminados aumentou e, aí sim, os preços caíram. Outro fator que contribuiu para os recuos foi o mau desempenho das vendas de carne no atacado.

No fechamento do ano, conforme exposto na Tabela 1, somente na Bahia houve valorização real da arroba, graças à grande escassez de animais terminados. Até o início de 2005, ainda não havia chovido bem no Estado, portanto, não havia boi de pasto, e, nesse caso, foram poucos os produtores que se beneficiaram da arroba a R$64,00. Na época, a cotação mais alta do País.

Os maiores recuos foram registrados no Rio Grande do Sul, Paraná, Pará e em Rondônia. Além do aumento significativo da oferta de animais terminados, destaca-se, no Paraná e em Rondônia, o problema da concentração dos abates em poucos frigoríficos.

Variações reais e nominais das cotações médias da carne bovina exportada, em tonelada de equivalente-carcaça, entre 2003 e 2004

Produto	R$ nominais	R$ deflacionados
In natura	-2%	-11%
Industrializada	-7%	-16%
Total ponderado	-1%	-10%

Fonte: MDIC / Scot Consultoria
Deflacionadas pelo IGP-DI

No caso específico do Paraná, a saída do Margen do mercado, que monopolizava as exportações, direcionou a maior parte do gado do Estado para frigoríficos de pequeno porte. Uma 'rebarba' ficou com os 'grandões' de São Paulo.

Com relação às cotações dos animais para reposição, as variações reais também foram negativas.

O ano foi ruim para os criadores. As cotações dos bezerros estão em baixa desde 2002: é o ciclo pecuário. Além disso, os custos de produção subiram por conta do aumento dos preços de alguns insumos importantes.

Para os recriadores, foi melhor. Além de a cotação do boi magro ter recuado menos, graças, principalmente, à demanda elevada por parte dos confinadores, as cotações baixas dos bezerros ajudaram a equacionar as contas. Quem faz recria/engorda também contou com os preços tentadores dos bezerros para assegurar resultados positivos. Nessa atividade, o próprio animal é responsável por cerca de 50% a 70% dos custos de produção, dependendo do grau de tecnificação.

Em 2004, as relações de troca de boi gordo versus bezerro foram as mais altas dos últimos anos.

Com relação aos preços recebidos pelos frigoríficos, na venda de carne para o mercado interno, as variações reais também foram negativas.

Comparando o equivalente físico e a cotação da arroba do boi gordo em São Paulo, nota-se que os preços pagos aos produtores recuaram um pouco mais. Apesar da recuperação da economia, com crescimento do PIB acima de 5% e redução do desemprego, as vendas de carne não reagiram a contento.

Os preços pagos pela carne bovina exportada, em reais, também recuaram ao longo do ano.

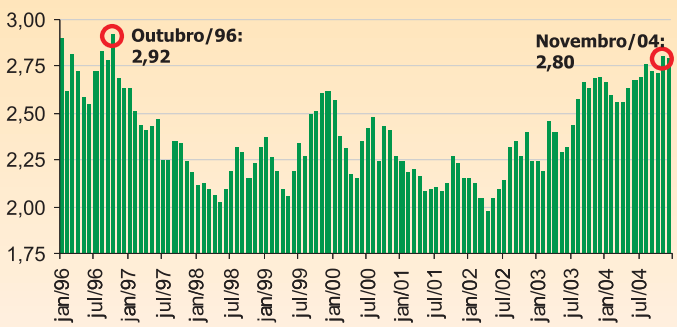
Na verdade, ao longo do primeiro semestre, os preços da carne bovina exportada subiram, já que o mercado internacional estava enxuto. Fora isso, o real estava em desvalorização. Alta, no período, de 21% para a carne *in natura*, 12% para a carne industrializada e 22% para o total ponderado (in natura+ industrializada), bem acima da inflação de quase 6%.

Conforme foi dito anteriormente, esse foi um dos fatores que ajudou a sustentar as cotações da arroba durante a safra de 2004. Porém, a valorização da carne exportada foi muito superior à do boi. Na região de Barretos (SP), por exemplo, a cotação média da arroba do boi gordo rastreado saiu de R$60,83 em janeiro para R$61,86 em junho, representando uma alta de apenas 2%, bem abaixo da inflação.

Os preços internacionais da carne bovina, em dólares, praticamente se estabilizaram a partir do segundo semestre. Na verdade, chegaram a recuar um pouco. Com a valorização do real, a margem dos exportadores diminuiu. Assim, tão logo tiveram oportunidade, derrubaram as cotações da arroba. Procedimento padrão.

Vale ressaltar que, apesar de ter caído ao longo do ano, a cotação média da carne bovina exportada em 2004, em reais, superou em 14% a de 2003, tomando como base os valores nominais. Já o preço médio do boi gordo paulista

Relações de troca: boi gordo x desmama (macho anelorado) em SP



Fonte: Scot Consultoria

reagiu somente 5% de 2003 para 2004; a mesma variação observada para o equivalente físico. Com inflação de mais de 10% no período, houve valorização real da carne exportada e desvalorização do boi e da carne no atacado.

As cotações deflacionadas da arroba, dos animais de reposição, da carne exportada e da carne no atacado recuaram ao longo de 2004. Contudo, de 2003 para 2004, os exportadores foram agraciados com um aumento real dos preços. Produtores e frigoríficos de mercado interno não tiveram a mesma "sorte".

As aspas se justificam: alguns fatores que fogem ao controle dos exportadores nacionais os auxiliaram, sem dúvida nenhuma, a alcançar resultados tão expressivos no mercado internacional. Porém, os trabalhos de marketing, promoção e, principalmente, de organização do setor, têm garantido a solidez do movimento.

Para 2005, as exportações deverão avançar ainda mais, mas de forma mais comedida, em função de um ligeiro aumento da concorrência, do recuo do dólar, da melhoria do ambiente interno e do menor ritmo de crescimento da economia mundial. Internamente, apostando no crescimento sustentado na economia, as vendas de carne bovina devem reagir.

Sobre a oferta de animais terminados, a expectativa é que não aumente muito, uma vez que deverá haver redução do abate de matrizes. Além do mais, os resultados deste ano, até certo ponto decepcionantes, deverão limitar o aumento do número de cabeças confinadas e semiconfinadas em 2005. Menos matrizes significa também menos bezerros, num período em que deve se mostrar favorável à expansão da atividade.

Havendo um maior equilíbrio entre oferta e demanda, a tendência é de que os preços pagos aos produtores melhorem. As perspectivas são boas, porém, diante de um ambiente cada vez mais competitivo, recomenda-se atenção e dedicação redobradas à gestão de custos e à elaboração de estratégias de negociação. ■

FABIANO R. TITO ROSA, *zootecnista,* **ALCIDES TORRES**, *engenheiro agrônomo,* e **MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA**, *engenheiro agrônomo, são diretores da Scot Consultoria. scotconsultoria@scotconsultoria.com.br Telefone: (17) 3343- 5111*



Venda de vacinas bate recorde

Combate à febre aftosa é prioridade do Ministério da Agricultura

A indústria veterinária teve comercialização recorde nas doses de vacinas contra febre aftosa, em 2004, segundo os dados da Central de Selagem de Vacinas (Vinhedo/SP), órgão constituído em parceria entre o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Houve aumento das vendas de vacinas contra aftosa no Norte e no Nordeste, que aceleram o combate à doença. Estados como Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Rondônia e Ceará, por exemplo, aumentaram a demanda em 138%, 54%, 50%, 47%, 32%, 24% e 12%, respectivamente.

O resultado positivo no combate à febre aftosa é reflexo da importância dada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento às regiões Nordeste e Norte, bem como da parceria entre os vários elos da cadeia produtiva da carne bovina, empenhados em erradicar definitivamente a doença do País.

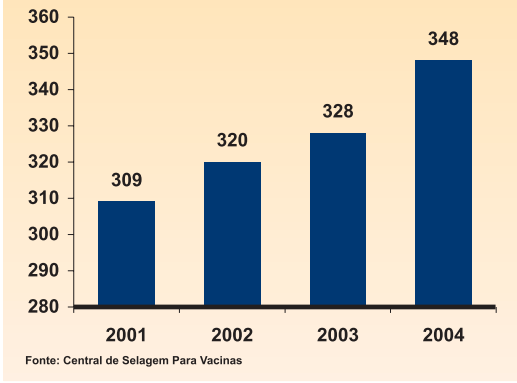
Do ponto de vista tecnológico, o setor assegura a rastreabilidade de 100% da vacina comercializada no País. Os fabricantes colocaram no mercado um volume suficiente para atender à demanda e manter elevados estoques. Houve investimentos nos testes de EITB para a diferenciação de títulos sorológicos devidos a proteínas não-estruturais provenientes de vacina dos títulos da infecção natural. Tudo com o apoio da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) e do Fundo Nacional de Defesa da Pecuária (Funadep), de modo até a possibilitar ajuda aos países vizinhos, como Bolívia e Paraguai.

Há dois anos, o Brasil não enfrenta problemas de abastecimento de vacinas e trabalha com estoques superiores ao volume de segurança, de 40 milhões de doses, exigido pelo MAPA. Atualmente, são 54 milhões de doses de vacinas contra febre aftosa disponíveis. O Brasil possui o maior parque industrial do mundo, com capacidade superior a 500 milhões de doses por ano.

R$65 MILHÕES

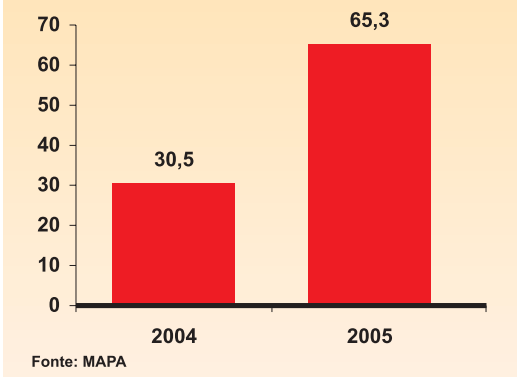
O MAPA vai destinar, este ano, R$65,3 milhões para ações de combate à doença nas 27

Brasil: venda de vacinas contra febre aftosa (milhões de doses)



Fonte: Central de Selagem Para Vacinas

Orçamento para combate à febre aftosa (milhões de reais)



Fonte: MAPA

unidades da federação. O volume de recursos é 114%, superior aos R$30,5 milhões destinados pelo governo, em 2004.

"A vacinação é a única forma de eliminar a febre aftosa no Brasil. Por isso, é muito importante que todos os animais sejam imunizados", disse o ministro Roberto Rodrigues.

Em 2004, o Ministério da Agricultura repassou R$14,975 milhões de seu orçamento aos órgãos estaduais de defesa agropecuária para combater a aftosa. Os esforços foram concentrados nas regiões Norte e Nordeste.

A Secretaria de Defesa Agropecuária terá um orçamento de R$161 milhões para todas as suas ações em 2005 – um acréscimo de 44% sobre 2004. No ano passado, os recursos chegaram a R$ 112 milhões, entre orçamento e verbas extraordinárias. O ministério terá um orçamento global de R$ 845 milhões para 2005.

Resultados

Foi negativo o resultado dos exames feitos pelo Laboratório de Apoio Animal de Belém do Pará (Lapa) para detectar a presença de vírus de febre aftosa em amostras recolhidas em bovinos numa fazenda de Paranhos (MS), na fronteira com o Paraguai.

Todas as análises feitas deram resultado negativo. O exame das amostras, denominado de Probang, consiste em três "passagens em células", e em cada uma delas, são feitas "leituras" do material recolhido do esôfago e da faringe dos animais. Em todas as três fases, o resultado sempre foi negativo. A reatividade sorológica observada inicialmente foi decorrente de interferência da vacinação ocorrida no mês de novembro.

Veja os resultados das campanhas de vacinação nos principais Estados brasileiros produtores de carne bovina.

Mato Grosso do Sul - A Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) informou que a vacinação chegou a 99,23% dos 20,587 milhões de bovinos do Estado. A região de Naviraí registrou o maior índice de vacinação. Foram imunizados 99,88% dos 1,068 milhão de bovinos.

Paraná - Segundo o coordenador do Programa de Febre Aftosa, 98,57% dos bois e búfalos foram imunizados contra a doença. O Paraná tem um rebanho de 10,3 milhões de animais, entre bovinos e bubalinos. Desde 2000, o Estado pertence à zona livre de aftosa com vacinação.

Goiás - O balanço preliminar da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) informa que foram imunizados 91,22% do rebanho de 20 milhões de cabeças. Na primeira etapa de vacinação, em maio, o índice do Estado chegou a 97,37%.

São Paulo - A Coordenadoria de Defesa Agropecuária informa que a campanha de vacinação contra a febre aftosa de novembro teve um índice de cobertura vacinal de 99,35% do rebanho. Pelo nono ano consecutivo, o estado não registrou focos da doença.

Mato Grosso - A partir de 1° de fevereiro, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) iniciará a campanha de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos com até 12 meses. Nessa etapa, apenas a região do Baixo Pantanal não será incluída. O objetivo é imunizar 100% do rebanho de 5 milhões de cabeças nessa faixa etária. O Estado tem um total de 24,6 milhões de cabeças.

Erradicação das Américas

Os Ministros de Agricultura e os setores privados do Comitê Hemisférico para a Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA) aprovaram o plano de erradicação da febre aftosa nas Américas, definido pelo Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa nas Américas (GIEFA), criado no início de 2004, com representantes de todas as regiões das América. O trabalho já tinha sido apresentado em Washington (EUA) para a Organização Panamericana de Saúde (OPS), após a realização da Conferência Continental de Erradicação da Febre Aftosa, em Houston (EUA).

Os setores público e privado das 6 regiões hemisféricas (Nafta, Caribe , América Central, Região Andina, Região Amazônica e Cone Sul têm até 30 de janeiro de 2005 para apresentar suas observações ou sugestões para aprimorá-lo em termos regionais.

O orçamento remonta a US$48,3 milhões nos cinco anos – 2005/2009, previstos para erradicar a doença.

Tanto o governo como os setores privados ligados aos criadores, técnicos e indústrias do Brasil foram parceiros solidários na decisão de utilizar a vacina trivalente contra os vírus O, A e C, todos presentes na América do Sul.

Com a presença do vírus do tipo C no recente foco no Amazonas, deverá haver retorno da vacina trivalente em alguns países, que haviam mudado para vacinas bivalentes, com riscos desnecessários.

O Plano do GIEFA propõe também a criação de fundos nacionais e internacionais, para assegurar a aplicação das ações prioritárias definidas pelos doadores dos setores público e privado em regiões mais carentes, como Equador, Chaco da Bolívia, Argentina e Paraguai, áreas fronteiriças do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. Na Venezuela e no Norte e Nordeste do Brasil, tais ações deverão ser financiadas pelos fundos nacionais, administrados por entidades escolhidas sob controle estrito de conselhos mistos, envolvendo os doadores públicos e privados, enquanto os internacionais poderão estar sob administração de um conselho público e privado ligado à OPS. ■

Objetivos do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA)

- Erradicação clínica da febre aftosa em cinco anos, no continente americano
- Fortalecer e complementar os esforços desenvolvidos nos programas nacionais
- Efetuar levantamento, atualização e incorporação definitiva das regiões Nordeste e Norte
- Atuar nas fronteiras, especialmente com Paraguai e Bolívia
- Eliminação de qualquer manipulação do vírus da aftosa sem condições de biossegurança
- Uso somente de vacinas biosseguras e sem proteínas não-estruturais



Doença ameaça a cultura

Sigatoka Negra chega aos bananais do Vale do Ribeira, maior produtor do País

Os focos da temível doença da Sigatoka Negra, no Brasil, registrados desde 1998 em Estados da região Norte e em Mato Grosso, começam a aparecer em outros pontos do País. A situação preocupa, porque a bananicultura tem grande importância econômica e social em praticamente todo o território nacional. O painel acendeu a luz vermelha em junho de 2004, quando a Secretaria da Agricultura de São Paulo confirmou o primeiro registro em um bananal do Estado, na cidade de Miracatu, no Vale do Ribeira, principal centro produtor da fruta no Brasil.

Acredita-se que a doença tenha se instalado na região desde o último verão. O contágio provavelmente ocorreu devido ao transporte de frutas, mudas e partes da bananeira, juntamente, com o vento e a chuva. Nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, as condições climáticas são

O que é a Sigatoka Negra

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Micosphaerella figiensis*, originária da República de Fiji (Ásia), é uma doença que destrói as folhas das bananeiras, impedindo a planta de respirar e elaborar fotoassimilados para o seu sustento, e a mata antes mesmo de o cacho da banana estar pronto para ser colhido. Apesar de ser muito agressiva e destrutiva, já que infecta as folhas novas e ataca também as folhas velhas da bananeira, a fruta não fica danificada.

A doença preocupa, porque o fungo tem uma enorme resistência (sobrevive por 60 dias nas roupas, 30 dias em lonas e 10 dias em metais) e se propaga com grande facilidade por meio do vento, mas não trás riscos à saúde do consumidor. É importante prevenir para evitar a contaminação das lavouras nas regiões onde não foi ainda identificada a presença da praga.

ideais para o desenvolvimento do fungo, pois apresentam temperatura e umidade que propiciam o seu desenvolvimento o ano todo. Sem o devido controle, pode ocorrer a destruição de toda a produção.

Para prevenir, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro proibiu por tempo indeterminado a entrada em território fluminense de bananas provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e estados da região Norte. A medida obedece a uma Instrução Normativa do Ministério da Agricultura (nº 41), voltada para a criação de barreiras que evitem a disseminação do fungo causador da doença.

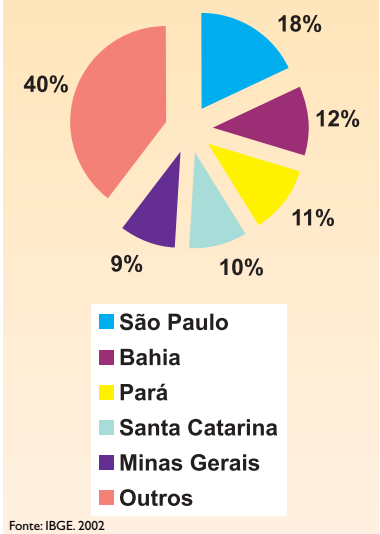
Estado	Recursos para erradicação
Acre	R$ 50.000,00
Bahia	R$ 275.000,00
Ceará	R$ 162.000,00
Goiás	R$ 269.000,00
Maranhão	R$ 50.000,00
Mato Grosso	R$ 177.000,00
Mato Grosso Do Sul	R$ 178.000,00
Minas Gerais	R$ 500.000,00
Pará	R$ 208.000,00
Paraná	R$ 215.000,00
Piauí	R$ 50.000,00
Rio de Janeiro	R$ 215.000,00
Pernambuco	R$ 108.000,00
Rio Grande Do Norte	R$ 162.000,00
Rio Grande Do Sul	R$ 100.000,00
Santa Catarina	R$ 269.000,00
São Paulo	R$ 500.000,00
Tocantins	R$ 162.000,00
Ministério da Ciência e Tecnologia	R$ 350.000,00
TOTAL	R$ 4.000.000,00

Fruta energética

A banana, além de ser energética (122 kcal/100g), possui vitaminas, minerais e baixo teor de gordura. As vitaminas mais encontradas na banana são a C (ácido arcórbico), B (tiamina - B1, riboflavina - B2 e niacina - B5) e A ou pró-vitamina A (caroteno), e os minerais: potássio, cálcio e ferro, além de celulose e hemicelulose, que são boa fonte de fibras na dieta alimentar.

Apesar de ser uma das frutas de maior volume de produção no mundo, cerca de 80% são consumidos nos próprios países produtores. Em algumas regiões da África, o produto é tão importante quanto o milho, a mandioca e o inhame, com um consumo por pessoa de mais de 600g/dia. Na Colômbia, há áreas em que o consumo atinge mais de 800g por pessoa/dia.

Brasil: produção de banana; principais Estados



Fonte: IBGE. 2002

Muitas comunidades do Brasil vivem situação similar.

Erradicação

Dezoito Estados vão receber recursos a serem aplicados em custeio e investimentos para o controle, prevenção e erradicação da sigatoka negra, conforme anunciou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A verba, no montante de R$4 milhões, será enviada às Delegacias Federais de Agricultura para repasse aos órgãos estaduais que cuidam dos trabalhos de vigilância, controle e monitoramento da doença (veja quadro ao lado).

Vulnerabilidade

Nesse ambiente, vem à memória a entrevista publicada na revista *New Scientist*, em 2002, pelo pesquisador belga Emile Frison, coordenador da Rede Internacional para Melhoria da Banana, sediada em Montpellier, na França, que afirmava ter a banana falta de diversidade genética e vulnera-

10 Passos para combater a doença

1. A união é a melhor arma para combater a doença: um trabalho em equipe e com a divisão de tarefas. Deve-se repensar o trabalho e a organização do produtor;
2. O diagnóstico precoce é sempre um passo à frente na erradicação do mal, aliado às constantes pulverizações, erradicações ou substituições das áreas atingidas;
3. Por se tratar de doença de cultura perene, a rotação de cultivares e o uso de controle químico oneram muito o custo de produção;
4. Nos casos de focos isolados, deve-se realizar a imediata eliminação das folhas atacadas;
5. Demarcar as áreas livres e solicitar a permissão de comercialização da banana destas para outras regiões;
6. A utilização de cultivares resistentes constitui a estratégia mais técnica e economicamente viável para o controle da doença;
7. A resistência ao despencamento permite à nova variedade o transporte em longas distâncias, tornando o produto acessível à exportação;
8. Deve-se substituir a pulverização aérea por aplicações de fungicidas por meio de injeção no pseudocaule, a 30 cm do solo, com uma seringa usada para a vacinação de gado, com agulha mamária com dois furos laterais;
9. São necessários mais estudos e maior refinamento da pesquisa para consolidar a metodologia, tais como locais de aplicação, profundidade de penetração da agulha e refinamento de doses;
10. É preciso considerar as características econômicas da cultivar: sabor, altura da planta no florescimento, pesos do cacho e da palma; número de pencas; peso, comprimento, diâmetro e quantidade de frutos.

Mercado mundial movimenta US$ 4 bilhões

O mercado internacional da banana, nos últimos anos, movimentou em torno de US$4 bilhões, um valor correspondente a quase 15 milhões de toneladas. O fato de ser uma fruta perecível, sensível a choques físicos e com rápida maturação confere ao mercado internacional a característica de "comércio de vizinhança", no qual os maiores centros importadores mantêm relações geopolíticas especiais com os países exportadores.

Os sete principais países produtores representam dois terços da produção mundial. O Equador lidera as exportações mundiais, com 30% do volume transacionado. Os cinco principais importadores são: Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo e Japão.

No caso da União Européia, a procedência influencia a quantidade comercializada. O mercado é reservado para beneficiar suas ex-colônias da região da África, Caribe e Pacífico (ACP), ou países signatários da Convenção de Lomé, assinada em 1989. O acordo estabelece uma cota máxima de importação, para a União Européia, de 3.711.000 toneladas. Desse total, sem a cobrança de tarifas, 854.000 toneladas devem ser provenientes dos produtores europeus e 857.000 toneladas, dos países da região da ACP. O restante (2 milhões de toneladas) é taxado em 100 Unidades Monetárias da União Européia (ECU) por tonelada.

Há também o mercado destinado aos países produtores da Europa, como Portugal, Espanha, Grécia e Ilhas Francesas (Martinica e Guadalupe). Bélgica e Luxemburgo operam como entrepostos comerciais, na recepção das importações e na distribuição das bananas para as demais regiões do bloco.

Já os Estados Unidos adquirem a maior parte da fruta produzida na América Central, na Colômbia e no Equador, a chamada "banana dólar", em função da proximidade e da logística de suprimento das grandes transnacionais com tradição no comércio da fruta. As empresas bananeiras United Fruits Company (bananas Chiquitita) e Standart Fruit Company, detentora das marcas Dole e Del Monte, são as mais expressivas no mercado, com contratos de produção junto a produtores independentes.

Na Ásia, o Japão busca parceiros vizinhos, com a compra da produção filipina, enquanto o incipiente mercado platino é abastecido pela produção de importantes regiões produtoras da América Central e América do Sul.

De um modo geral, os fluxos comerciais são bem rígidos. Esses mecanismos não facilitam nem estimulam as exportações brasileiras. A maior novidade recente aconteceu em 1999, com a vitória dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio, em favor de um regime sem cotas e com tarifa única para todos os países produtores e exportadores.

Para o Brasil, embora o mal da Sigatoka Negra represente uma séria ameaça para os bananais brasileiros, a implementação de um planejamento bem articulado entre as diferentes esferas do governo com o segmento produtor poderá remodelar toda uma cadeia produtiva de enorme importância. Com normas de padronização, classificação, embalagem, acondicionamento e rotulagem, o Brasil poderá elevar o seu consumo per capita e inserir o fruto de forma competitiva no mercado internacional.

bilidade ao ataque de fungos: somente a manipulação genética garantiria a sobrevivência da espécie.

Sabe-se que, há décadas, o Mal-do-Panamá, causado pelo fungo *Fusarium oxisproium cubense*, dizimou os plantios do único cultivar aceito no mercado internacional: o Gros Michel.

Foi então que apareceram as variedades do subgrupo Cavendish (Nanica, Nanicão, Grande Naine, Williams e Lacatan), junto com as do tipo Prata e Maçã, todas de ampla aceitação no consumo, mas susceptíveis à temível doença da Sigatoka Negra.

Até a década de 60, ocorria, em países do continente americano, apenas a Sigatoka Amarela, de controle relativamente fácil e pouco oneroso. Mas, a partir da década de 70, apareceu a Sigatoka Negra, que limitou a prática da cultura nas Américas do Sul e Central.

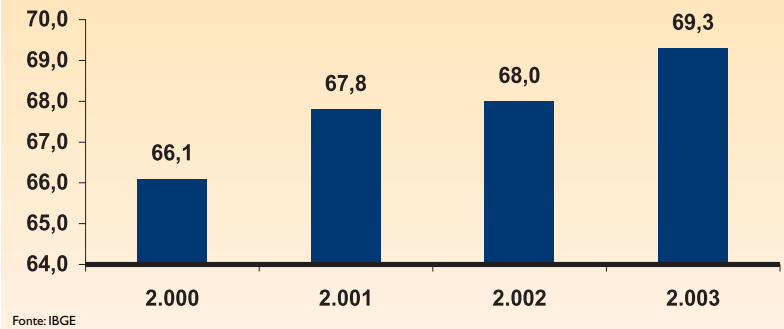
Na região Amazônica, onde foi registrado foco da Sigatoka Negra nos municípios de Tabatinga e Benjamim Constant, pela primeira vez, em 1998, ficou inviabilizado o uso das cultivares tradicionais. Como a doença está se espalhando por quase todo o território brasileiro, a apreensão é grande entre os agentes do governo e da cadeia produtiva.

Embrapa monta coleção genética

A situação estaria bem crítica, se não fosse o trabalho de melhoramento genético, conduzido pela Embrapa Mandioca e Fruticultura, desde 1983, no desenvolvimento de vários híbridos. Como a doença ainda não tinha chegado no Brasil, os testes com outros genótipos de origens diferentes eram realizados na Costa Rica, onde havia a Sigatoka Negra, em trabalho cooperativo com outros países e coordenados pela Rede Internacional de Melhoramento de Banana e Plátano (Inibap).

Em 1976, a Embrapa montou o banco ativo de germoplasma – BAG -

Brasil: produção de bananas (em mil t)



Fonte: IBGE

de banana, com as atividades de introdução e conservação *in vitro* sendo realizadas pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, enquanto a conservação em campo, caracterização e avaliação, eram feitas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas, BA.

As expedições de prospecção e coleta de materiais permitiram a montagem de um inventário das coleções brasileiras de banana. Logo no princípio, ficou constatado que a base de germoplasma presente em no País tinha uma estreita variabilidade genética, sem resistência às principais pragas.

Diante disso, foram programadas várias expedições internacionais para a prospecção e coleta de germoplasma de banana em países da asiáticos, centros de origem e diversidade genética do gênero Musa, tais como Filipinas, Índia, Papua-Nova Guiné, Malásia, Tailândia, Indonésia. Posteriormente, foram visitados outros países, principalmente, das Américas do Sul e Central, e também o Caribe. Com avaliação e seleção, foram introduzidos no Brasil cerca de 200 acessos de germoplasma, com grande variabilidade genética, fertilidade e resistência às pragas.

O material foi introduzido na forma de rizoma, porém, ao chegar à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, passou pelo cultivo *in vitro*, devido à medida profilática. As plantas obtidas eram rigorosamente inspecionadas e em quarentena, antes de serem liberadas para o uso no melhoramento.

Um convênio firmado entra a Embrapa Mandioca e Fruticultura e a empresa Campo Biotecnologia Vegetal Ltda. possibilitou a propagação das cultivares resistentes e produtivas in vitro, para o plantio de 4.000 ha de banana, que representa 50% da produção dos Estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia.

Enfim, como resultado de um competente trabalho iniciado há mais de 20 anos, a EMBRAPA disponibiliza materiais resistentes para enfrentar a chegada da sigatoka negra, tais como: Caipira, Thap Maeo, FHIA-18, Prata Zulu, Pacovan Ken, Preciosa, Maravilha, Garantida, Caprichosa e Pelipita. ■



Os ciclos das exportações

O desempenho dos negócios, no período de 1961 a 2004

CÉSAR DE CASTRO ALVES
CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

O café já foi, no passado, o principal produto brasileiro de exportação. A perda de sua importância é atribuída à diversificação da pauta de exportação brasileira e ao crescimento da produção em países concorrentes. A formulação de estratégias para ampliar ou, no mínimo, manter a importância do produto brasileiro no mercado externo passa pela análise de dois fenômenos importantes nas exportações nacionais: os ciclos de volume e preço e o *market share* dos principais países compradores em nossas exportações.

Brasil: participação do café na pauta de exportação

1924	1965	2003
76%	44,3%	2,1%

Do total do café verde exportado pelo Brasil, aproximadamente 75% são representados pelo tipo de café arábica, e 15%, pelo café robusta (conilon), que é cultivado em regiões de menor altitude e mais quentes. Os demais 10% se referem aos cafés solúvel e torrado (segundo o CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil).

A evolução das exportações brasileiras de café verde, de 1961 a 2004, mostra significativas oscilações anuais em volume e preço. Pode-se constatar alguns ciclos, correspondentes aos períodos de 1961 a 1969, 1970 a 1992, 1993 a 2002, e um novo ciclo, iniciado em 2003.

Os ciclos têm suas durações e in-

Ciclos nas exportações de café

Ciclo	Período	Observações
Primeiro	1961 a 1969	As quantidades exportadas diminuíram e os preços aumentaram, de 1961 a 1965, e ocorreu o inverso, de 1966 a 1969
Segundo	1970 a 1992	As quantidades exportadas diminuíram, e os preços aumentaram, de 1970 a 1977, tendo ocorrido o inverso, entre 1978 e 1992
Terceiro	1993 a 2002	As quantidades exportadas diminuíram e os preços aumentaram, de 1993 a 1995, e ocorreu o inverso, de 1996 a 2002
Quarto	2003 e 2004	Houve aumento de preços e queda do volume exportado

Participação (%) dos principais mercados consumidores nas exportações brasileiras de café verde

	1961	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2001	2003
EUA	50,6	30,9	26,3	25,7	25,9	28,8	17,1	13,4	21,2
Alemanha	4,3	6,4	7,6	10,5	8,8	9,2	6,7	19,4	18,1
Itália	5,1	14,0	11,0	11,4	8,1	8,2	12,3	9,7	11,0
França	3,1	4,4	6,2	6,1	6,6	4,7	3,3	4,4	3,8
Japão	0,2	0,7	2,3	5,1	7,2	6,3	8,7	7,5	7,6
Espanha	1,3	2,2	4,3	4,9	4,2	4,4	3,8	3,6	1,2
Holanda	3,9	3,5	1,1	2,6	3,6	2,7	2,9	2,8	2,3
Reino Unido	1,1	2,6	3,4	1,5	1,3	1,1	1,4	1,2	1,3
Argentina	2,4	2,4	2,6	2,0	1,1	1,3	4,1	2,2	2,2
Bélgica	2,4	1,7	1,4	2,5	2,8	3,7	5,4	5,0	3,9
Dinamarca	3,2	4,3	4,1	3,4	2,9	2,3	2,0	1,8	1,6
Finlândia	2,7	1,7	1,4	1,2	1,1	1,6	1,4	1,9	1,8
Noruega	2,3	2,6	2,6	2,4	2,1	2,3	1,9	1,1	1,0
Suécia	5,6	6,1	6,4	4,7	4,8	4,4	3,8	2,7	2,6
Outros mercados	11,8	16,5	19,3	16	19,5	19	25,2	23,3	20,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuários estatísticos do IBC e sistema Alice (MDIC)

tensidades afetadas por fatores internos e externos à economia brasileira. A ocorrência de geadas e outras adversidades climáticas intensificam os aumentos de preços em fases de alta de preços dos ciclos (como em 1977 e 1994) ou causam uma recuperação não sustentada de preços, em uma fase de baixa de preços do ciclo (como em 1986).

Tendências

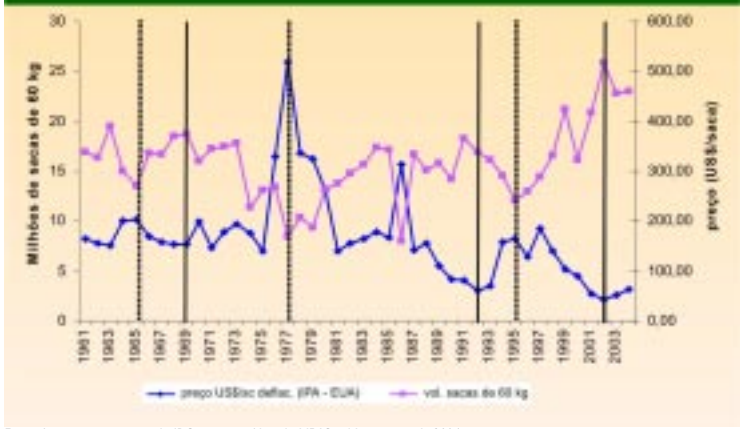
Comparando entre si os três ciclos completos de preço e volume exportado, observa-se que, de 1961 a 1977, a tendência do volume exportado pelo Brasil foi de diminuir, e a dos preços, foi de aumentar. O inverso (aumento da quantidade exportada e queda de preços) foi a tendência do período de 1978 a 2002.

O aumento da demanda mundial foi pequeno, considerando o potencial de expansão do consumo da bebida. Ocorreram mudanças nas preferências dos consumidores, associadas aos hábitos de consumo. Além disso, houve a dificuldade dos países produtores em sustentar os níveis de oferta do produto, diante dos preços baixos recebidos e das eventuais intempéries climáticas, ou de problemas de estabilidade política interna.

As exportações brasileiras aumentaram menos do que a demanda mundial. Até meados da década de 90, a oferta brasileira no mercado internacional oscilou pouco: ao redor de 15 milhões de sacas por ano. Deve-se destacar que o aumento da demanda mundial, não acompanhado pelas exportações brasileiras, foi preenchido por cafés de outros países produtores, como o Vietnã, que aumentou sua participação nas exportações mundiais.

A participação brasileira no mercado internacional de café verde vem sendo decrescente, ao longo do tempo, em especial, até meados da década de 90. É digna de nota a recuperação de seu market share, ocorrida a partir de 1997.

Brasil: exportações de café verde



Fonte: Anuários estatísticos do IBC e sistema Alice do MDIC. – Nota: preço de 2004 até agosto.

Exportações mundiais e brasileiras de café verde (em milhões de sacas de 60 kg)



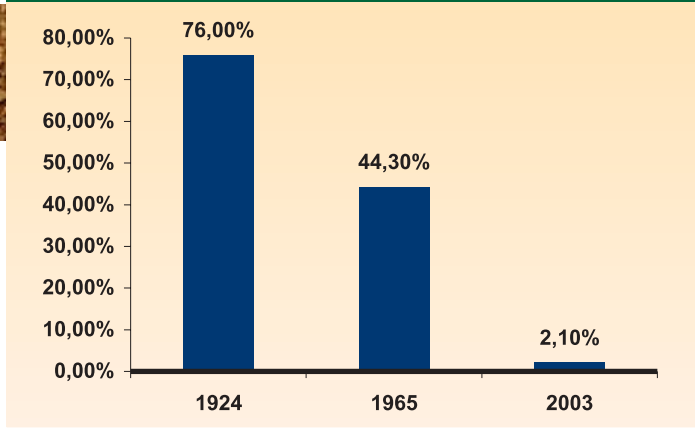
Fonte: FAO (http://www.fao.org)

Participação das exportações brasileiras nas exportações totais de café verde



Fonte: FAO (http://www.fao.org)

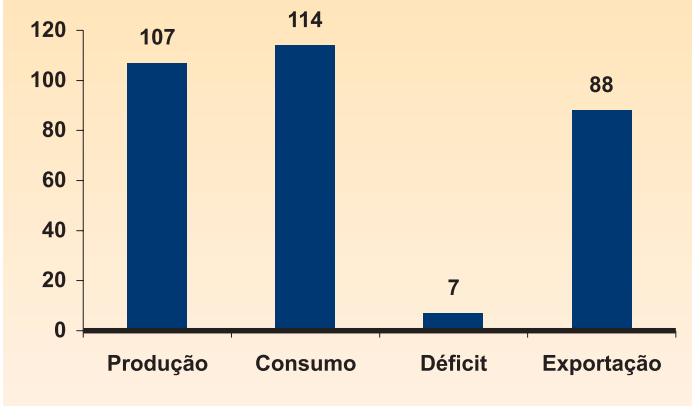
Brasil: participação % do café na pauta de exportação



O exame da participação dos principais mercados consumidores do café brasileiro exportado evidencia três fatos importantes:

1. EUA, Japão e Europa Ocidental adquirem, no mínimo, 3/4 das exportações brasileiras. No entanto, sua importância diminuiu: passou de 85,8%, em 1961, para 77,4%, em 2003.

Mundo: balanço do mercado mundial de café Safra 2005/06 (em milhões de sacas)



Fonte: OIC

2. Entre esses países, observa-se o aumento de importância do Japão, Alemanha e Itália, e a perda de importância dos EUA e dos países nórdicos.

3. Novos países ampliaram suas compras de café brasileiro. Em 1961, estas representaram 11,8%, e em 2003, responderam por 20,4%. Entre os novos mercados, estão: Grécia, Canadá e os países árabes.

Pode-se concluir que houve procura por parte dos exportadores brasileiros e uma diminuição de dependência em relação a poucos mercados.

Estratégias

As exportações brasileiras de café são sujeitas a ciclos de volume e preços não periódicos e, atualmente, estamos vivendo o início de um novo ciclo, com a fase de volumes decrescentes e preços ascendentes. Além disso, o Brasil está recuperando *market share* no mercado internacional, como fruto dos baixos preços históricos do produto exportado pelo Brasil.

Existe um oligopsônio, em termos de países, na compra de café brasileiro. Mas os exportadores brasileiros têm sido eficientes na busca de novos mercados para o café verde e na diminuição de importância em relação a alguns mercados tradicionais (como no caso dos EUA).

Ocorre um aumento de importância de Alemanha, Itália e Japão nas compras de café brasileiro. Os dois primeiros países são grandes re-exportadores de café e têm aumentado suas importações para reprocessá-lo. A partir dessa informação, pode-se inferir que uma boa estratégia para as empresas brasileiras seria criar *joint-ventures* com empresas européias, visando abastecê-las com café verde e desfrutar desses mercados em expansão, auferindo parte dos lucros da reexportação que atualmente ocorre. ■

CÉSAR DE CASTRO ALVES *é mestre em Economia Aplicada pela ESALQ/USP.*
CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA *é professor titular da ESALQ/USP.*

Colheita menor na safra 2005/2006

A produção brasileira de café da safra 2005/2006, cuja colheita começará em abril próximo, deverá ficar entre 30,7 e 33,0 milhões de sacas (de 60 quilos), segundo indica a primeira estimava realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A safra 2004/2005 fechou em 38,6 milhões de sacas.

A queda se deve ao ciclo de bianualidade que, a cada ano, traz alternância na produção, a redução da área plantada, a erradicação de lavouras em alguns Estados e a prática de podas e recepas. No fechamento da safra 2004/2005, o café do tipo arábica, que sinaliza preços, apresentou uma diminuição de 24,6% sobre a última safra, caindo de 31,1 milhões para 23,5 milhões de sacas. Em contrapartida, o tipo robusta teve um aumento de 26,4%, evoluindo de 7,6 milhões para 9,6 milhões de sacas.

Já as exportações do exercício de 2004 alcançaram 26 milhões de sacas do produto, o segundo maior volume da década, com uma receita de US$2 bilhões, o que significa um aumento de US$500 milhões, em relação ao ano anterior. Houve uma recuperação de 58,4% do preço médio de exportação no mercado internacional, que passou de US$46,23 para US$73,27 por saca.

O cenário de déficit entre a oferta e a demanda mundiais dará apoio à manutenção dos preços atuais. Pela primeira vez, desde julho de 2000, o mercado fechou acima de 100 centavos de dólar. O ágio de preços entre o arábica e o robusta, na média histórica de 60%, passou para quase 0%.

Nos leilões de café, foram vendidas 807,1 mil sacas do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) e 553,6 mil sacas das opções, alcançando uma receita de R$252 milhões. Os estoques governamentais chegaram a 400 mil sacas das opções e a 4,366 milhões do Funcafé.

As dívidas de custeio dos cafeicultores, relativas às safras 2002/2003 e 2003/2004, que venceriam em 30 de novembro, foram prorrogadas pelo Conselho Monetário Nacional para 31 de janeiro próximo. Para o custeio da safra 2005, o governo liberou R$350 milhões para as operações de custeio do Banco do Brasil e outros agentes financeiros. O CMN também aprovou a ampliação do período de contratação de financiamentos para o custeio da safra de café de 2004/2005. Com essa medida, os cafeicultores poderão contrair empréstimos até o dia 28 de fevereiro de 2005. O prazo anterior permitia a contratação até 30 de novembro deste ano.

O MAIOR BANCO GENÉTICO DO MUNDO

O centenário IAC tem o maior banco de germoplasma de café do mundo, sendo considerado como referência internacional em pesquisas, com a identificação da seqüência de mais de 200 mil genes do café e o trabalho minucioso da descoberta das suas funções. Na vanguarda dos programas de melhoramento genético da rubiácea, existem três grandes frentes de pesquisas:

1. "Arabusta", uma variedade produtiva e resistente à ferrugem. O grão é híbrido com as características das variedades do arábica e do robusta. As indústrias de café solúvel serão beneficiadas, pois isso melhorará a qualidade da bebida, já que o tipo robusta é o mais utilizado no blend. Porém, o grão deve demorar mais de dez anos para ser economicamente viável. Pesquisadores da Costa do Marfim tentaram avançar nesse tipo de pesquisa, durante a década de 60, mas os estudos não deram resultados, por conta da incompatibilidade de clima e solo naquele país. No Brasil, os ensaios são realizados em regiões quentes, como as principais regiões produtoras de café robusta, no Espírito Santo e Rondônia,

2. Em árvores "anãs" ou nanicas, de alta produtividade, com no máximo 1,5 metro de altura, para reduzir os custos de produção da colheita. Além de o menor porte tornar a planta menos suscetível aos efeitos do clima, sobretudo, à geada, facilita o acesso de colheitadeiras, conforme a topografia. Em regiões com colheita manual, os trabalhos ganham agilidade.

A despesa da colheita por saca varia em torno de US$30 a US$40, cerca de 40% a 50% do total dos custos de produção. O porte médio das atuais variedades brasileiras de café de boa qualidade, como a 'mundo novo' e 'acaiá', é de 4 metros de altura. Ambas estão presentes em mais de 80% das lavouras brasileiras plantadas com grão de arábica, de um total estimado de 4,5 bilhões de pés. As árvores do tipo catuaí atingem 2 metros de altura. As do tipo bourbon – muito usado para os cafés especiais e presente em 5% das lavouras do País – chegam a 3 metros de altura.

As variedades pesquisadas para o desenvolvimento das árvores "anãs" são a São Bernardo, originária de El Salvador, e a San Ramon, da Costa Rica. O plantio comercial poderá ter resultado a partir de 2010.

3. Em grão arábica naturalmente descafeinado, descoberto no banco de germoplasma do IAC, como fruto de pesquisas feitas em parceria com a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e a Embrapa Recursos Genéticos, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). Os pesquisadores analisam se esses grãos têm características de alta produtividade. Os trabalhos de pesquisa desenvolveram cinco novas variedades de café resistentes à ferrugem e um porta-enxerto para combater nematóides.

Apostar nos nichos de mercado

A mais recente crise que afligiu o mercado mundial de café teve início em 1988, quando os preços do produto caíram, sob o peso da produção crescente e de estoques elevados. O ciclo de baixa durou até 2003, quando a oferta e a demanda se ajustaram, os excedentes encolheram e as cotações passaram a 'ensaiar' a retomada de valores.

Os efeitos desse ciclo de baixa persistirão por mais tempo. Houve muitas 'quebras' e desistências da atividade. Restam, ainda, um horizonte cinzento e dívidas acumuladas, para um grande número de cafeicultores no mundo todo. A partir dessa história, obtém-se uma nova visão do modelo de produção: o ocaso das grandes plantações, voltadas à produção em quantidade, de "bica-corrida", sem prezar a qualidade.

Como uma fruta, a rubiácea terá de mostrar sua rica variedade de aromas e sabores. Preparada de forma adequada, ela torna o produto "especial" e tem preços remuneradores. A vanguarda da cafeicultura brasileira percebeu essa tendência no começo dos anos 90. A exportação de 1,2 mil sacas passou para 500 mil sacas, em 2002. Se a participação brasileira ainda é pequena no mercado mundial, o Brasil oferece vasta gama de produtos, dos mais baratos aos de grande qualidade.

É importante o apoio do governo federal, por meio do programa Cafés do Brasil, bancado pelo Ministério da Agricultura e pela Apex - Agência de Promoção de Exportações, para perscrutar o mundo e amealhar clientes para os *state coffees*, com origem determinada, embarcados em a sacaria e a logomarca da fazenda; e criar uma nova cultura do café, semelhante à do vinho.

Surgem as diferentes marcas de cafés varietais, principalmente, de bourbon. As tentativas se dão no sentido de se obter o máximo de açúcar natural na bebida, durante o processo de secagem, sem despolpar o grão, em terreiros e plataformas suspensas, cobertos por estufas. As referências à doçura do café brasileiro são antigas.

O choque da qualidade provoca aumento do consumo de cafés especiais, em muitos mercados. O mercado do Leste Europeu vai 'de vento em popa'. Em Moscou, existem 400 cafeterias modernissimas. Na China, o café é artigo de luxo e é dado como presente. Produtores brasileiros discutem acordos com empresas chinesas, para abrir cafeterias e torrefações.

Apesar da produção de alta qualidade ser bem restrita no Brasil, circunscrita a um seleto grupo de produtores, ela aponta para a tendência de especializar bens tipicamente considerados como commodities. Os prêmios de pagamentos variam de 20% a 30% sobre os cafés comuns.

Seguro da produção

Congresso aprova lei fundamental para a garantia de renda do produtor

Em 19 de dezembro de 2004, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Seguro Rural, de nº 10.823. Trata-se de um instrumento fundamental para a garantia de renda do produtor, sempre apontado como a principal razão da distância entre a agricultura brasileira e as dos países desenvolvidos. Como um seguro da produção, e não do crédito, representa um mecanismo para assegurar a diferença entre a estimativa de safra do produtor e a colheita efetiva, em casos de quebras por problemas climáticos.

Até então, os produtores contavam com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), um seguro de crédito criado em 1973, que auxilia em caso de quebra de produção, em decorrência de fatores climáticos negativos, ao cobrir os gastos realizados pelo produtor, desde que acoplado a um financiamento bancário.

Com a sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Poder Executivo ficou autorizado a conceder subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural. A operação deverá ser contratada junto a sociedades autorizadas a trabalhar em seguros pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), conforme a legislação em vigor. A subvenção poderá ser diferenciada por modalidade, tipo de cultura ou espécie animal, por categoria de produtores, regiões de produção, e de acordo com as condições contratuais, priorizando aquelas consideradas redutoras de riscos ou indutoras de tecnologias.

Com a Lei e o Decreto de regulamentação do seguro rural, os próximos passos do governo consistem em implementar as ações que competem a cada um dos seus órgãos. O fortalecimento do Fundo de Estabilidade de Seguro Rural é fundamental para amparar as seguradoras, no caso das catástrofes da safra passada, que foram provocadas por problemas climáticos em importantes regiões produtoras. O Brasil tem um mercado de seguro rural muito pequeno, em torno de U$40 milhões, enquanto a indústria de seguros do País movimenta U$1,2 bilhão.

Primeiro pregão do projeto-piloto: 17 de dezembro de 2004

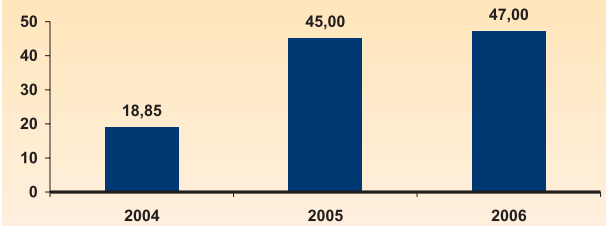
Cultura	Limite por produtor	Taxa de prêmio	Disponibilidade
Milho	R$ 7 mil	40%	R$ 570 mil
Soja	R$ 7 mil	30%	R$ 880 mil
Maçã	R$ 12 mil	30%	R$ 150 mil
Total			R$ 1.600 mil

Projeto-piloto

Instalado em 18 de agosto último, o Comitê Gestor Interministerial elaborou o Plano Trienal do Seguro Rural, publicado no Diário Oficial da União, de 10 de dezembro de 2004, que estabelece, entre outras medidas, as bases para a subvenção dos prêmios da operação, antiga reivindicação de produtores e empresas que atuam no ramo, como as empresas estatais: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp) e Aliança do Brasil. O plano fixa ainda as estimativas orçamentárias para as safras 2004/05, 2005/06 e 2006/07.

Como são limitados os recursos para a subvenção federal, o governo optou por dividi-los em lotes para leiloá-los entre as seguradoras. Quem ganha um determinado leilão é a(s) companhia(s) que oferecer a menor taxa de administração dos recursos para o produtor. O beneficiário da subvenção ao prêmio é o produtor rural, pessoa física ou jurídica, adimplente com a União.

Seguro rural: recursos para subvenção federal (R$ bilhões)



Fonte: Diário Oficial da União

No primeiro leilão, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fixou a taxa do prêmio do seguro subsidiado e o valor ofertado para cada uma das culturas contempladas pelo zoneamento agrícola, nos Estados do Centro-Sul, além do limite de subvenção por produtor. Para aproveitar a experiência das seguradoras, o plano do Governo é começar com a promoção de leilões eletrônicos de subvenção, à semelhança dos leilões de opção. As lavouras selecionadas contam com a maior área dentro do calendário de plantio. Para as próximas safras, o ministério vai subvencionar outras culturas, como trigo, arroz, milho da safrinha, feijão, algodão e a uva.

No resultado da subvenção ao prêmio do seguro rural, para a cultura da maçã, foram arrematados os R$150 mil ofertados pelo Governo, sendo R$90 mil para Santa Catarina, e R$60, mil para o Rio Grande do Sul. Também foram arrematados R$120 mil para o pagamento do prêmio em lavouras da soja, de São Paulo e do Paraná. As seguradoras não apresentaram propostas para a cultura do milho.

Os números apurados ficaram dentro do programado, porque ainda se trata de um projeto-piloto. Dois fatores contribuíram para essa menor procura pela subvenção do seguro: os plantios já estão numa fase bastante adiantada em todas as regiões produtoras do Centro-Sul, como também a maioria das contratações do seguro já havia sido realizada.

As normas do seguro rural proíbem a subvenção para culturas já plantadas. A expectativa do setor produtivo é de que ocorra uma evolução para um seguro de renda, e não de produção. O primeiro cobre o lucro potencial do agricultor, o segundo protege apenas os custos do plantio. ■

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL
Coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Atribuições

- Firmar contratos, convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas;
- Transferir recursos financeiros;
- Desenvolver projetos-piloto;
- Realizar levantamentos, estudos e projetos;
- Criar comissões consultivas com a participação de representantes do setor privado;
- Decidir quais culturas ou espécies animais receberão o benefício do seguro rural, além das regiões a serem amparadas e as condições técnicas obrigatórias aos beneficiários;

Elaboração e aprovação do Plano Trienal do Seguro Rural

- Percentuais ou valores máximos da subvenção sujeitos à aprovação pelo Poder Executivo;
- Aplicar o orçamento a partir do exercício financeiro seguinte ao da aprovação de diretrizes e definir condições para a concessão da subvenção econômica.

Integrantes

- Técnicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); representantes da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e Capitalização (Fenaseg), da Brasil Resseguros S/A (IRB), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



Cresce a produção, cai a rentabilidade

Colheita aumenta 10,7%, conforme mostra o primeiro levantamento da Conab

A produção nacional da safra 2004/2005 deverá atingir 131,9 milhões de toneladas de grãos, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O volume representa um aumento de 10,7%, em comparação com a safra 2003/2004, que foi de 119,1 milhões de toneladas.

O levantamento foi realizado no período de 22 a 27 de novembro deste ano, tendo sido pesquisadas 12 culturas agrícolas, como algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo. A colheita da soja, por exemplo, deverá ficar em 61,4 milhões de toneladas. Em relação à safra passada, essa estimativa representa um aumento de 11,6 milhões de toneladas. Já o algodão em caroço poderá ficar em 2,1 milhões de toneladas, e o algodão em pluma, em 1,3 milhão de toneladas.

A pesquisa também indica um aumento de área plantada de 2,2%, passando de 47,3 milhões de hectares, na safra 2003/2004, para 48,3 milhões de hectares, no levantamento atual. A maior contribuição continua sendo com a soja, em Mato Grosso, e com o algodão, em São Paulo, no Paraná e na Bahia. A área poderia ser maior, se não houvesse fatores limitantes, como a cotação em declínio, a elevação dos custos de produção e o clima desfavorável para o arroz, no Rio Grande do Sul, e para o feijão, em São Paulo, no Paraná e oeste do Rio Grande do Sul.

Em termos de área plantada, a soja, por exemplo, teve um crescimento de um milhão de hectares, em razão da maior liquidez do produto no mercado, ganhando espaços antes ocupados por milho, arroz, pastagens e fronteiras agrícolas (áreas virgens).

Deverá haver problemas na área de produção de milho, trigo, soja, algodão e arroz, em vista do excesso de produção, da queda de preços no mercado internacional e do aumento dos custos da produção agrícola, em média, de 13%. A melhor solução é a construção de armazéns nas próprias fazendas, nas quais o agricultor tem melhores condições de manter seus produtos, cuidando de sua qualidade, para escoá-los no momento certo.

Perspectivas

Em 2005, o agronegócio brasileiro deverá continuar crescendo, apesar dos problemas previstos para algumas cadeias produtivas. Eventuais perdas poderão ser compensadas nos setores como o de álcool e açúcar, café e suco de laranja, com boas perspectivas internas e externas. ■



Brasil: estimativa de produção e área de grãos

Produto	Em 1000 toneladas			Em 1000 hectares		
	2003/04	2004/05	Variação %	2003/04	2004/05	Variação %
Algodão em caroço	2.038,7	2.141,5	5,0	1068,5	1.116,1	4,5
Algodão em pluma	1.271,5	1.335,3	5,0	-	-	-
Amendoim - total	217,3	269,1	23,8	98,2	110,8	12,8
Amendoim - 1ª safra	176,3	228,1	29,4	73,8	86,4	17,1
Amendoim - 2ª safra	41,0	41,0	-	24,4	24,4	-
Arroz	12.808,4	12.632,9	(1,4)	3.618,7	3.644,9	0,7
Aveia	411,0	411,0	-	299,2	299,2	-
Centeio	3,5	3,5	-	2,6	2,6	-
Cevada	367,2	367,2	-	137,1	137,1	-
Feijão - total	3.000,3	3.061,7	1,9	4.289,9	4.152,9	(3,2)
Feijão - 1ª safra	1.235,1	1.293,5	4,7	1.371,1	1.234,1	(10,0)
Feijão - 2ª safra	1.060,8	1.060,8	-	2.026,7	2.026,7	-
Feijão - 3ª safra	707,4	707,4	-	892,1	892,1	-
Girassol	82,0	82,2	0,2	52,8	52,8	-
Mamona	150,6	137,3	(8,8)	164,9	176,8	7,2
Milho - total	42.186,1	43.147,1	2,3	12.820,0	12.546,8	(2,1)
Milho - 1ª safra	31.617,3	32.578,3	3,0	9.465,3	9.192,1	(2,9)
Milho - 2ª safra	10.568,8	10.568,8	-	3.354,7	3.354,7	-
Soja	49.770,1	61.408,9	23,4	21.275,7	22.319,2	4,9
Sorgo	2.009,1	2.009,1	-	892,7	892,7	-
Trigo	5.851,3	6.021,6	2,9	2.464,2	2.756,3	11,9
Triticale	228,6	228,6	-	101,0	101,0	-
Brasil	119.127,2	131.921,7	10,7	47.285,5	48.309,2	2,2

FONTE: Conab/MAPA

Brasil: Estimativa de Produção (em 1.000 t)

Produto	Safra				
	02/03 (a)	03/04			
		Limite inferior (b)	Limite superior (c)	(b/a)	(c/a)
Algodão em caroço	1.364,8	1.741,2	1.818,4	27,6	33,2
Algodão em pluma	847,5	1.087,4	1.135,6	28,3	34,0
Amendoim - total	174,9	171,1	173,7	(2,2)	(0,7)
Amendoim - 1ª safra	143,3	139,5	142,1	(2,7)	(0,8)
Amendoim - 2ª safra	31,6	31,6	31,6		
Arroz	10.359,5	11.402,6	11.726,8	10,1	13,2
Aveia	366,2	366,2	366,2		
Centeio	3,8	3,8	3,8		
Cevada	274,7	274,7	274,7		
Feijão - total	3.204,9	3.337,6	3.365,6	4,1	5,0
Feijão - 1ª safra	1.240,4	1.373,1	1.401,1	10,7	13,0
Feijão - 2ª safra	1.245,8	1.245,8	1.245,8		
Feijão - 3ª safra	718,7	718,7	718,7		
Girassol	58,6	58,6	58,6		
Mamona	86,3	86,3	86,3		
Milho - total	47.569,1	43.794,1	44.765,6	(7,9)	(5,9)
Milho - 1ª safra	34.771,8	30.996,8	31.968,3	(10,9)	(8,1)
Milho - 2ª safra	12.797,3	12.797,3	12.797,3		
Soja	52.032,7	56.101,0	58.021,9	7,8	11,5
Sorgo	1.696,7	1.696,7	1.696,7		
Trigo	5.140,3	5.140,3	5.140,3		
Triticale	242,8	242,8	242,8		
Brasil	122.575,3	124.417,0	127.741,4	1,5	4,2

Fonte: CONAB

Estratégi

O desafio do governo para este ano será traçar e executar um plano de intervenção no mercado. A última grande intervenção governamental aconteceu na safra 2000/01, para o suporte da venda de 5% da colheita de 100,2 milhões de toneladas, com alocação de R$ 800 milhões.

A proposta do MAPA é disponibilizar instrumentos de política agrícola para apoiar 10% da produção física da safra 2004/05, que representam mais de 13 milhões de toneladas. O volume é mais de oito vezes superior ao 1,5 milhão de toneladas beneficiadas com recursos na safra passada.

Desafios para 2005

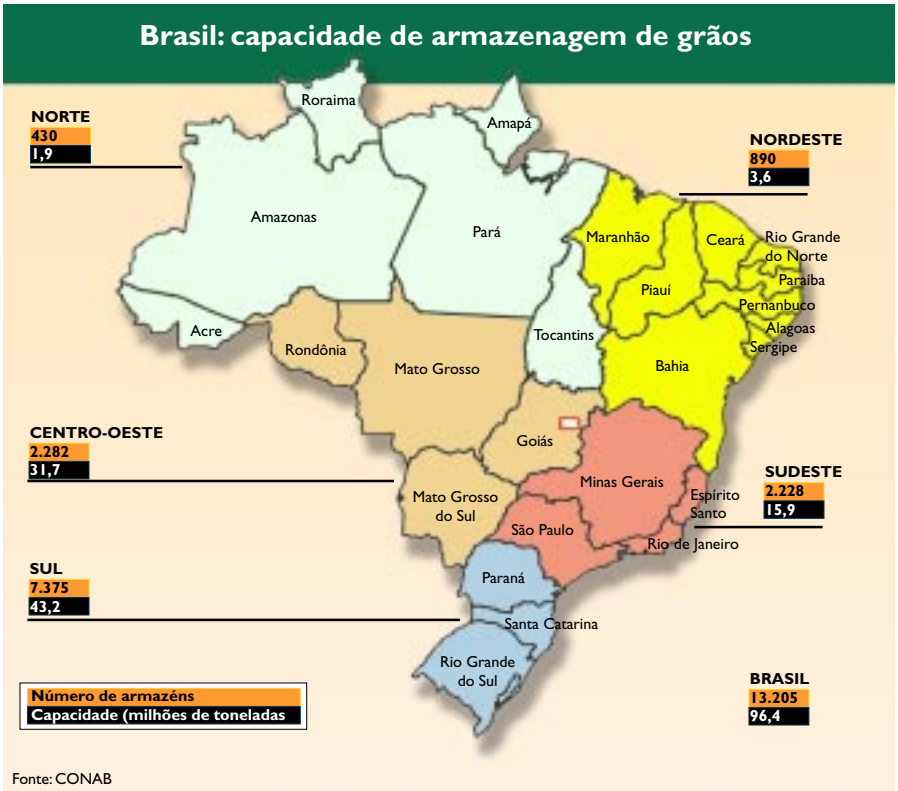
- Apoio à comercialização: 10% da safra;
- Sanidade, com a erradicação definitiva da febre aftosa no País;
- Tecnologia;
- Infra-estrutura e logística;
- Organização das cadeias produtivas nas negociações internacionais;
- Marcos legais nas áreas trabalhistas, de direito à propriedade e ambiental.

Com um orçamento assegurado de R$538,6 milhões, superior ao inicialmente aprovado, de R$526,8 milhões, para apoiar as lavouras de algodão (400 mil toneladas), arroz (1 milhão de toneladas), e também de milho e trigo, o MAPA estima que irá investir R$2 bilhões. Serão utilizados mecanismos para estimular a participação da iniciativa privada, com a subvenção governamental. Com isso, se evitará a compra direta e o carregamento de estoques por parte do governo, com perdas amparadas pelos cofres públicos.

Novos títulos

Sancionado na Lei nº 11076, de 30 de dezembro de 2004, pela presidência da República, depois da aprovação da Medida Provisória nº 221/04, em 22 de dezembro de 2004, que trata da regulamentação dos novos títulos agropecuários, os agricultores passam a ter mais liberdade para vender sua produção no momento mais propício. São cinco títu-

as para a comercialização



Fonte: CONAB

los a serem utilizados na captação de recursos privados, com o objetivo de financiar o agronegócio. A Secretaria de Política Agrícola estima que vai movimentar R$500 milhões, no primeiro ano. A meta, em médio prazo, é de 'abocanhar' 5% do montante dos fundos de investimentos, de R$520 bilhões, ou seja, R$26 bilhões.

Desde a criação do sistema nacional de crédito rural, em 1966, não havia um marco legal para possibilitar o financiamento privado. Os CDCA, LCA e CRA são títulos de crédito que diferem basicamente quanto à fonte emissora. Já o CDA e o WA são emitidos juntos, mas podem ser negociados separadamente. O produto armazenado pode ter diversos tomos na comercialização, com a incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) somente na última operação. Todos eles terão como referência de custo a taxa Selic, mais um adicional de risco, computando um valor menor do que o apurado nas operações de crédito com taxas de juros livres, em torno de 25% a 30%.

Conheça os novos instrumentos de crédito

Título	Emissores
CDCA - certificado de direitos creditórios do agronegócio	Cooperativas e empresas de insumos e agroindústrias
LCA - letras de crédito do agronegócio	Agentes financeiros
CRA - certificado de recebíveis do agronegócio	Companhias de seguro de direitos creditórios
CDA - certificado de depósito agropecuário	Armazém
WA - Warrant Agropecuário	Armazém: penhor da mercadoria descrita ano CDA

Para se preparar para o cenário de baixos preços para a comercialização, os investimentos em armazenagem constituem uma boa estratégia. O governo no plano de safra 2004/05 reservou R$700 milhões para o Programa de Incentivo à Irrigação e Armazenagem. O déficit na capacidade de estocagem deverá aumentar de 26 milhões de toneladas para 41 milhões de toneladas, da safra passada para a atual. Apesar de apresentar um crescimento da ordem de 10 milhões de toneladas ao ano, nas últimas safras, as empresas do setor estimam a necessidade de um aporte anual de R$2 milhões. ■

Comercialização da soja é mais lenta

Esmagadoras e tradings de soja cortaram pela metade o crédito concedido ao plantio da safra 2004/05. O setor, no ano passado, concedeu R$20 bilhões, cerca de 40% da área plantada, para os sojicultores. A redução foi motivada por uma série de fatores.

A indústria perdeu o interesse no financiamento privado, depois que alguns agricultores desrespeitaram os contratos de financiamento firmados, porque, no momento de honrar o compromisso, as cotações haviam subido quase 50%. Eles decidiram não entregar a soja para a indústria e resolveram questionar os contratos na Justiça. As ações judiciais ainda não foram julgadas em definitivo. O volume em jogo chega a R$1 bilhão. Por sua vez, o agricultor capitalizado, diante dos baixos preços oferecidos pela soja, decidiu plantar com recursos próprios.

Já os registros de exportação estão sete vezes menores em relação ao ano passado. No final de 2003, mais de um terço do volume embarcado, de 22,5 milhões de toneladas, estava registrado. O registro é uma intenção de embarque, mas serve para medir o ritmo das vendas externas.

Nesta safra, as vendas antecipadas são da modalidade 'com preço a fixar', ou seja, a ser acertado numa data específica: o agricultor recebe, antes do plantio, até 40% de um preço histórico. O restante é pago quando o produtor define uma data de liquidação da operação. Com os baixos preços e o dólar baixo, os agricultores adiam a decisão de "fechar" a operação, e a indústria evita exigir o registro de exportação.



Controle da ferrugem é prioridade na soja

Com o crescimento das perdas provocadas pela ferrugem da soja, nas últimas safras, os agricultores acuraram os cuidados com a parte fitossanitária. Se a área de cobertura expandirá, o número de pulverizações por hectare aumentará em 30% e chegará a 2 na presente temporada.



A doença apareceu no Brasil há apenas três anos, mas os fungicidas usados no seu combate passaram a ser o carro-chefe na comercialização da indústria de defensivos. Esses produtos tiveram um faturamento próximo de US$700 milhões, em 2004, cerca de 20% do faturamento projetado para a indústria, de US$3,8 bilhões, segundo as estatísticas do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag). Existem 20 produtos registrados, e outros 10 aguardam o registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Diante de uma área estimada em 22,7 milhões de hectares, a soja é o principal mercado para as fabricantes de agroquímicos. No caso da ferrugem, as empresas montaram todo um aparato logístico, com o envolvimento de transporte aéreo e marítimo, para trazer os princípios ativos e garantir o abastecimento do produto no País. A demanda depende das condições climáticas. Com a predominância da umidade aliada a temperaturas de 18º a 24º Celsius, o fungo ganha força. A Embrapa recomenda a primeira aplicação logo após a fase de floração.

Brasil: prejuízos causados pela ferrugem asiática

Item	Safra 2001/02	Safra 2002/03	Safra 2003/04
Quebra de produção - milhões de toneladas	0,57	3,35	4,59
Redução da receita - US$ milhões	125,5	737,4	1.225,0
Despesas de controle - US$ milhões	n.d.	441,6	860,0
Impostos não arrecadados - US$ milhões	n.d.	121,0	201,0
Total - US$ bilhões	0,12	1,3	2,3

Fonte: Embrapa

Doença também preocupa nos EUA

Depois que os cientistas de um laboratório do governo, em Beltsville, Maryland, confirmaram o primeiro caso da doença no país, no dia 10 de novembro, as indústrias do setor de química se preparam para um forte impulso nas vendas de fungicidas, para o combate à ferrugem asiática. Até então, apenas a empresa suíça Syngenta tinha a aprovação da Agência de Proteção Ambiental para combater o fungo. Mas depois da descoberta da doença nas lavouras dos EUA, outros três fungicidas utilizados por várias companhias receberam licenças de emergência.

As atenções se voltaram para as possíveis dimensões do contágio na próxima safra, de 2005/06. Os participantes do mercado e os meteorologistas acreditam que uma geada no Sul, neste inverno, poderá conter a disseminação do fungo. Mas se este sobreviver ao inverno, os ventos do Sul poderão carregá-lo para a região Centro-Oeste, em meados do próximo ano.

O Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) informa que a ferrugem foi encontrada nos estados de Mississipi, Geórgia, Tennessee, Carolina do Sul, Alabama, Missouri, Flórida e Arkansas, e também em Louisiana. A hipótese é de que o fungo foi trazido da América do Sul por ventos impelidos pelo furacão Ivan. A facilidade com que a epidemia é disseminada pelo ar coloca em risco os estados da região do Golfo. Com isso, há emergência na aprovação de novos fungicidas.

As indústrias Dow Chemical Co., da Dow AgroSciences LLC; Bayer CropScience, subsidiária da alemã Bayer AG; Basf e a Makhteshim-Agan Industries Ltd., de Israel, refazem os números do consumo projetado. Existem estimativas de que a ferrugem asiática provocará um aumento nas vendas de defensivos, nos EUA, de até US$2 bilhões, na safra 2005/06.

Para a Associação Americana de Soja, os fungicidas são considerados o primeiro passo no combate ao fungo da ferrugem asiática. Mesmo que não haja pés de soja para infectar, o fungo deverá se espalhar no Sul, durante o inverno, em outras plantas hospedeiras, como o abundante "kudzu", uma variedade de videira da *Pueraria montana*. A recomendação é de que os fazendeiros pulverizem mesmo os campos ainda não contaminados, por conta do risco permanente, com gastos, em média, de US$50 por hectare, o que significa um aumento no custo de produção entre 15% e 20%.

De qualquer forma, os produtores terão que decidir individualmente entre utilizar ou não o produto, com sinais de infecção ou não em suas culturas, levando em conta o aumento do custo relativamente à possibilidade de combater a ferrugem asiática. De acordo com a estimativa do Serviço de Pesquisas Econômicas do USDA, a ferrugem poderá provocar perdas econômicas de US$640 milhões a US$1,3 bilhão, apenas neste primeiro ano de contaminação das lavouras.

A troca de informações entre Embrapa e USDA sobre a ferrugem asiática acontece desde 1974, mas se intensificou depois que a enfermidade foi identificada no Brasil, em 2001, e ganhou novo reforço com o surgimento da doença em lavouras americanas. Isso enfatiza a necessidade de cooperação, na tentativa de encontrar variedades do grão resistentes à doença fúngica, sejam convencionais ou transgênicas.



Problemas de logística e preços dos fertilizantes

Apesar do menor volume de entregas de fertilizantes em novembro e dezembro, em relação ao previsto, as projeções mostram estabilidade da procura brasileira por fertilizantes em 2004, em comparação com 2003. O faturamento de US$4,56 bilhões, em 2003, deverá crescer em 15%. As empresas do setor deverão apresentar bons resultados, pois conseguiram preservar e, em alguns casos, ampliar, suas margens, com repasse do aumento dos custos de suas matérias-primas ao consumidor final.

De acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), as vendas de fertilizantes no País deverão registrar um aumento médio anual de 4%, nos próximos anos, perante a média de 8,5%, prevista para entre 2000 e 2004.

Para acompanhar o crescimento e reduzir a dependência brasileira das importações de adubos, que respondem por mais de 60% da demanda, as empresas precisam investir e reivindicam isonomia tributária entre o produto nacional e o importado, que não paga ICMS; padronização da qualidade, infra-estrutura adequada, consciência ambiental e disponibilidade de crédito.

A Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (Ama-Brasil), que reúne pequenas e médias companhias, calcula que o setor gasta por ano US$130 milhões em *demourrage* (tempo de espera dos navios). Esse fator, somado ao aumento dos preços dos fertilizantes no Brasil, face às elevações no mercado externo, junto com a queda das cotações de *commodities*, deteriorou as relações de troca entre os fertilizantes e os produtos agrícolas. Na soja, de setembro de 2003 a setembro de 2004, a quantidade de sacas para adquirir uma tonelada de adubo passou de 13,5 para 19,9.

Da produção entregue aos agricultores pelos misturadores de adubos, 40% se destinam à cultura de soja; 18%, à de milho; 11% são consumidos pelos produtores de cana-de-açúcar; entre 6% e 7% são destinados ao café, e cerca de 4% vão para as lavouras de algodão. A taxa de crescimento de insumos depende muito do desempenho e dos preços de mercado dessas cinco lavouras, que consomem quase 80% dos fertilizantes vendidos no Brasil.

Como o crescimento da área de cultura ocorre principalmente no Centro-Oeste, existem sérios problemas de logística. A dificuldade de escoar grãos e de entregar adubos eleva o custo para o produtor. A dependência de matérias-primas, como fósforo (60%), potássio (90%) e nitrogênio (50%), faz com que seus preços fiquem sujeitos à flutuação do dólar e ao mercado internacional.

Venda de sementes certificadas chega a R$5 bilhões

Os cuidados para eliminar riscos na safra forçam a utilização de tecnologia. Diante da preocupação com a produtividade e a redução do risco dos recursos aplicados na lavoura, é fundamental o uso de sementes fiscalizadas e certificadas, acompanhadas de garantias de germinação, pureza, sanidade, vigor, e até de assistência técnica. Um mercado cujo faturamento deve ter alcançado R$5 bilhões em 2004, segundo a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

Evolução do mercado de defensivos agrícolas (US$ milhões)

Categoria	2000	2003
Herbicida	1.300	1.523
Fungicida	380	731
Inseticida	689	725
Acaricida	65	81
Outros	65	76
Total	2.499	3.136

Fonte: SINDAG

Nas culturas de soja, milho e trigo, cerca de 80% das sementes são certificadas, feitas a partir do cruzamento de plantas de boa qualidade, com notória diferença de resultados. Na soja, que também lidera o consumo desse insumo, para um custo de produção por hectare entre US$350 e US$420, o gasto com sementes gira em torno de 8%. Da produção total de sementes certificadas no Brasil, 56,66% são destinados à soja, seguidos pelas sementes de milho (12,19%), de trigo (14,63%) e de arroz (4,72%).

Dentre as preocupações do setor, está o crescimento da área plantada com sementes ilegais, nas culturas de soja, milho, algodão, arroz e trigo, que aumentou 65,3%, passando de 7,65 milhões de hectares, na safra 2002/03, para 12,64 milhões de hectares, na safra 2003/04. As empresas calculam que deixaram de ganhar US$685 milhões.

Brasil: cenário de 2010 para os fertilizantes

- Consumo de 30 milhões de toneladas
- Soja absorve 11 milhões de toneladas
- Mato Grosso lidera consumo, com 5,5 milhões de toneladas

Fonte: ANDA

Participação de sementes clandestinas (milhões de ha)

Cultura	Safra de 2002/03		Safra de 2003/04	
	Área	% na área total	Área	% na área total
Soja	2,80	15%	7,40	35%
Arroz	1,90	40%	2,30	36%
Milho	3,60	20%	2,10	16%
Algodão	0,106	10%	0,416	39%
Trigo	0,246	10%	0,436	16%

O levantamento inclui sementes multiplicadas ilegalmente, contrabandeadas e transgênicas, sendo que a maior perda é verificada na soja. Se fosse legalizada, a área plantada com sementes clandestinas poderia ter gerado US$348 milhões adicionais às sementeiras; em 2003, as ilegais renderam US$200 milhões. Todos estes números são da Abrasem.

Com a publicação do Decreto nº 5.153/04, em agosto último, que regulamentou a nova Lei de Sementes e Mudas (Lei 10.711/03), junto com a legalização da venda de sementes de soja, as vendas de sementes ilegais deverão recuar em 2005. Pela legislação anterior, o Ministério da Agricultura somente poderia fiscalizar empresas registradas no órgão, e, portanto, não tinha a autoridade para autuar produtores ou instituições irregulares. Agora, os fiscais podem atuar junto às entidades. A inovação provocou uma onda de ações na Justiça contra a multiplicação ilegal. O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura anuncia que foram elaboradas regras mais rígidas para a produção e fiscalização de sementes, a

Perfil dos tratores e máquinas agrícolas						
Categoria	1992		2004		2008	
	Frota	Média de idade	Frota	Média de idade	Frota	Média de idade
Leves	55.378	11,01	20.175	10,69	17.798	8,96
Médios	391.764	10,15	235.790	9,53	234.683	8,44
Pesados	161.191	9,21	180.483	7,22	241.175	6,61
Total	608.333	10,00	436.448	8,60	493.656	7,60

Fonte: Revista Agrimotor

Participação percentual na frota e idade média dos tratores e colheitadeiras agrícolas						
Categoria	1992		2004		2008	
	Participação %	Média de idade	Participação %	Média de idade	Participação %	Média de idade
Trator de roda	85,10	10,08	85,00	8,64	84,80	7,59
Trator de esteira	4,70	10,70	3,00	10,37	2,30	9,49
Colheitadeiras	10,20	8,78	12,00	8,11	12,90	7,02
Total	100,00	10,00	100,00	8,60	100,00	7,60

Fonte: Revista Agrimotor

serem publicadas no começo deste ano.

Mercado de defensivos prevê expansão

O mercado de defensivos agrícolas está em expansão, com o faturamento previsto de US$3,7 bilhões, em 2004, contra os US$3,1 bilhões em 2003. É o terceiro mercado do mundo em receita, ficando atrás somente dos Estados Unidos e do Japão. O ritmo de crescimento da indústria no País passa de 10% ao ano, enquanto nos países desenvolvidos está estabilizado em 1,5%. Nas décadas de 70 e 80, vinte empresas disputavam 80% do mercado, enquanto, hoje, apenas 10 empresas abocanham 90% do mercado.

Os investimentos anuais do setor remontam à cerca de US$300 milhões por ano, em pesquisa e desenvolvimento. A tendência se volta para a tentativa de encontrar materiais de aplicação mais seletiva, de menor concentração e com pouco impacto ambiental. Os sistemas de rastreabilidade e as certificações, impostos nas agro-exportações, também fortalecem esse movimento. Nas empresas, existe uma dose muito grande de descontentamento, em função da morosidade e da burocracia nos processos de registros de produtos, que levam um tempo muito superior ao de outros países. No universo da indústria, convivem 10 mil funcionários, com uma infra-estrutura formada de 6.000 depósitos e 30.000 veículos, para atender a um milhão de clientes.

Com um peso de 44% no faturamento do setor, a queda na rentabilidade da soja será o maior desafio para 2005. As outras culturas de importância são algodão (10%), milho (8%), cana (8%) e citrus (4%).

Vendas de máquinas devem cair

As vendas de máquinas agrícolas para o mercado interno deverão sofrer uma retração da ordem de 10,5%, em 2005, e este será o pior nível em cinco anos, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O setor trabalha com uma expectativa de comercializar 34 mil unidades, que é um volume inferior às 38 mil unidades de 2004.

Apesar de as estimativas para 2004 ficarem no mesmo nível do ano passado, o número de 38 mil unidades é 5% inferior ao estimado no começo do ano. A Anfavea projetava vendas de 40 mil unidades para o mercado interno, mas esse número foi reduzido aos poucos. A revisão das estimativas e a queda prevista para 2005 são um reflexo do impacto dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, mas o efeito do câmbio preocupa. Os embarques deverão ficar estáveis, em 30 mil unidades.

Quando se analisa a evolução do setor, pode se constatar três fortes tendências:

1. Redução da frota, com queda na participação dos tratores leves e médios, e um aumento nos tratores pesados;
2. Queda da média de idade da frota
3. Manutenção da participação dos tratores de rodas, queda nos tratores de esteira, e um aumento nas colheitadeiras.■



Mercado de carbono na ponta do lápis

O Brasil prepara projetos de MDL, principalmente nos setores de açúcar, álcool e aterros sanitários

Após o embaixador da Rússia nas Nações Unidas, Andrey Denisov, entregar ao secretário-geral, Kofi Annan, o documento de ratificação do Protocolo de Kyoto, ficou definida para 16 de fevereiro a entrada em vigor do tratado internacional pela redução de gases poluentes da atmosfera.

O documento foi entregue em Nairobi, onde o Conselho de Segurança da ONU faz uma reunião especial para tratar da situação da Somália e do Sudão. Houve uma pequena cerimônia para marcar a adesão russa, passo fundamental para que o Protocolo de Kyoto comece a vigorar.

Até agora, o mercado mundial de carbono opera de forma experimental, com sete fundos bancados por governos e iniciativa privada, e administrados pelo Banco Mundial. Somados, os fundos têm US$700 milhões para investir em projetos de geração de créditos de carbono, principalmente, dentro do MDL. Estima-se que já tenham sido negociados 300 milhões de toneladas de carbono desde 1996. A cada ano, o número dobra: foram 75 milhões em 2003, e a projeção para 2004 é de 150 milhões.

A comercialização de créditos de carbono é incipiente, e o preço é formado em função do valor a se pagar. O mercado se ajusta à novidade, até que um marco regulatório claro seja definido. Um maior envolvimento do governo brasileiro traz facilidades econômicas, como financiamentos específicos para projetos que utilizem o MDL.

Oportunidades

Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, o mercado de carbono deverá 'decolar'. O Brasil pode abocanhar, no máximo, 10% do mercado de créditos de carbono gerado pelo MDL (Mecanismo do Desenvolvimento Lim-



O que manda o Protocolo

- Determina a redução das emissões de dióxido de carbono e outros gases causadores do aquecimento global, alcançando, até 2012, uma taxa média 5,2% menor do que a registrada em 1990;
- Para entrar em vigor, o tratado precisou ser ratificado por um grupo de países desenvolvidos, responsáveis por pelo menos 55% das emissões globais de poluentes no ano de 1990;
- Os EUA, que são os maiores emissores, respondendo por 36,1% do total mundial, não aderiram ao protocolo, enquanto a China, o 2º maior, na casa dos 18%, não figura entre os países que precisam reduzir as emissões;
- O protocolo entrará em vigor no mundo 90 dias depois da ratificação da Rússia, o 3º maior poluidor, com cerca de 17%, em 16 de fevereiro de 2005;
- Os países podem trocar a redução das emissões de gases por investimentos em florestas e campos capazes de absorver o dióxido de carbono na mesma proporção das emissões que não forem reduzidas;
- Os países podem também financiar projetos de geração de energia renovável, ganhando o direito de poluir na mesma medida da poluição que será evitada com a energia alternativa;
- Os signatários do Protocolo de Kyoto estarão sujeitos a punições, se não cumprirem suas metas de corte de emissão de poluentes.

po), dispositivo de Kyoto que permite aos países industrializados abaterem de suas metas de corte de emissões de gases-estufa as reduções compradas em países subdesenvolvidos.

Assumindo que o preço da tonelada de carbono chegue a US$10 – hoje, ela é negociada a US$4, isso significa US$400 milhões, durante a vigência do protocolo, que vai até 2012. A falta de adesão dos EUA, a presença chinesa no comércio de direitos de emissão e a composição da sua matriz energética são fatores que limitam a participação brasileira

A América Latina negocia cerca de US$210,5 milhões, com 46 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do tratado, que poderiam reduzir cerca de 55 milhões de toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO2), o principal gás causador do efeito estufa, derivado da queima de combustíveis fósseis. O Brasil é o maior exportador potencial de créditos de carbono, seguido de Colômbia, Panamá, Costa Rica e Peru, segundo um estudo da Comissão Econômica para a América Latina.

A larga utilização de fontes renováveis para a geração de energia, em cerca de 40%, contra taxas médias de 14% nos países desenvolvidos e de 6% nos países em desenvolvimento, constitui uma das vantagens competitivas do Brasil em relação aos outros países.

Conheça o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)

O MDL é um dos três mecanismos flexíveis do Protocolo de Kyoto (1997), criados para ajudar os países industrializados a cumprirem a meta, até 2012, de reduzir suas emissões em 5,2% com relação aos níveis de 1990. O mecanismo, que começou a ser instrumentalizado ainda sem o tratado estar em vigor, permite às empresas do Norte investirem em projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento.

Por meio de créditos de carbono, as companhias podem contabilizar como suas essas reduções em seus países de origem ou comercializá-las nos mercados de emissões. Governos e corporações do Norte usam o MDL para projetos que geram grandes volumes de créditos de carbono baratos, por meio de gases como metano e os hidrofluorocarbonos (em especial, o HFC-23), para cumprir as metas de Kyoto. Os governos do Japão e da Holanda, e também o Banco Mundial, são os principais compradores.

Mundo: mercado de carbono (US$ milhões)

2002: US$ 125
2003: US$ 310
2004: *US$ 700
2010: *US$ 3.000

Fonte: Banco Mundial
(*) estimativa

Os críticos questionam se a estratégia latino-americana fomentará as energias mais limpas e renováveis na região ou ficará limitada à venda de créditos baratos de carbono para o melhor licitador do Norte industrializado. Os projetos de energia renovável representam apenas 10% de todos os negociados no contexto do MDL.

Os MDLs fazem parte de um processo novo de mudar o lugar onde se registram as reduções de gases, sem maiores benefícios ambientais ou sociais para os países hóspedes. Para promover mudanças no uso e na produção energética, um MDL exclusivo para energias renováveis é uma alternativa para acelerar a fase de transição, na qual convivem energias fósseis mais limpas.

O ano mais quente da Terra

A reunião realizada em dezembro último, na capital da Argentina, Buenos Aires, apresentou trabalhos de grande impacto. O relatório apresentado pela Organização Meteorológica Mundial mostrou que 2004 foi o ano mais quente da Terra, desde o inicio da medição, em 1961. Se a temperatura subiu mais de 0,6 grau Celsius no século XX, o aumento, neste século, poderá chegar a 2 graus. As conseqüências aparecem, com a seca na África Oriental, furacões no Caribe, enchentes no nordeste brasileiro e a maior estiagem em 54 anos, na China.

Na conferência, o Brasil mostrou o seu inventário de emissão de gases poluentes entre 1990 e 1994, responsável por 35% das emissões mundiais, depois de: Estados Unidos, China, Rússia e Índia. A situação do País é boa, pois metade da sua matriz energética vem de fontes renováveis. Existe um questionamento quanto ao progresso do desmatamento na Floresta Amazônica. De 1992 a 2002, a região perdeu 230 mil quilômetros quadrados de vegetação.

As pressões sobre o presidente George Bush para aderir ao Protocolo de Kyoto se intensificam, e as ações contra poluidores aumentam nos EUA. Oito Estados americanos estão processando cinco empresas que geram um quarto da energia do país, por lançarem, por ano, 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono. ■

Bolsa de créditos de carbono

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) lançaram o Mercado Brasileiro de Emissões (MBRE), o primeiro a ser implantado em um país em desenvolvimento, para negociar créditos de carbono (direito de emitir gases poluentes), que possam ser gerados por projetos de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. O objetivo é criar um processo transparente de formação de preços, que estimule o desenvolvimento de projetos que gerem reduções e criem competitividade no mercado.

Os primeiros certificados de projetos ligados a créditos de carbono já começam a ser emitidos pelo Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mas as operações do mercado primário de negociação de ativos de créditos de carbono no Brasil se iniciarão no final do primeiro semestre.

No segundo semestre de 2005, o enfoque estará em formar um mercado secundário de derivativos (mercado de futuro), voltado para a comercialização a termo dos certificados de créditos de carbono. Todas as negociações do MBRE estarão concentradas na Bolsa do Rio, que está sendo reativada pela BM&F.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deverá disponibilizar uma linha de crédito para financiar a instalação de projetos que sejam adequados às exigências do Protocolo de Kyoto – que estabelece as metas de redução da emissão de gases poluentes. O valor da negociação de certificados no mercado internacional – cerca de US$5 por tonelada reduzida – deverá aumentar, com o crescimento do negócio.

Lucros na preservação

LUIZ AUGUSTO GERMANI

O produtor rural se tornou quase um *expert* em preservação de matas, em manejo sustentado de áreas de reserva legal, em técnicas de preservação de solo, em controle de embalagens e de produtos potencialmente poluentes. Tal expertise se desenvolve em função da educação ambiental, que, principalmente, a administração pública empreende. Esse aprendizado ocorre por meio de dignas orientações ou na defesa de injustas exigências, tais como a obrigatoriedade de um indivíduo de recuperar, do ponto de vista ambiental, aquilo que ele não destruiu.

Em alguns casos, entretanto, o proprietário de áreas rurais até se acomodou diante de eventuais dificuldades em lidar com o ecossistema de sua área, deixando de elaborar, ou de por em desenvolvimento, possibilidades economicamente sustentadas. São explorações legítimas, para, numa expectativa absolutamente incerta, ser reconhecido, de alguma forma, como preservador. Uma condição que pode lhe gerar receitas de origem ambiental.

É por isso que muitos produtores rurais se conformam em manter vastas áreas nativas intactas em seus imóveis rurais, na esperança de obterem receitas por estarem "seqüestrando carbono" da atmosfera. Essa expectativa se mantém com base na falsa informação de que essas matas "limpam o ar". Ninguém paga algo a alguém, para não fazer nada.

Tais receitas eventuais, advindas de um iniciante mercado de certificações de cotas de seqüestro de carbono, encontrarão dificuldades em serem obtidas pelos proprietários que preservam florestas, devido às seguintes razões:

1. Segundo o Protocolo de Kyoto, o Brasil é considerado um país em desenvolvimento, sem a necessidade de reduzir as emissões industriais de dióxido de carbono (apesar de ocupar o sexto lugar entre os maiores emissores), como terão os países desenvolvidos, considerados mais, e por mais tempo, poluidores. Mas em compensação, o Brasil promove queimadas, geradoras de dióxido de carbono, e detém um rebanho de 170 milhões de bovinos que, expelem metano, gás que também contribui para o efeito estufa, além de ter um poder de aquecimento 20 vezes maior do que o dióxido de carbono. Assim, na "contabilidade" entre as emissões não-industriais e os 'seqüestros', ainda não se sabe se o saldo é positivo ou negativo.

2. A Constituição Federal, em seu Artigo 225, estabelece que "*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*". Sob tal ordenamento, podemos inferir que as matas nativas integrantes de um "*meio ambiente equilibrado*", se são de "*uso comum*", devem gerar "frutos comuns" e ficarem intocadas. Isso quer dizer que os eventuais créditos de carbono vão para o tesouro público.

3. Tecnicamente, já foi demonstrado que o seqüestro de carbono é o quadruplo maior, quando o processo de fotossíntese ocorre no crescimento da flora. Um hectare de mata adulta, em maturação, fixa menos gás carbônico que um hectare de cana-de-açúcar, ou de pastagens, na fase de crescimento. Portanto, é mais razoável que uma área cultivada seja mais credora que uma área de matas intactas.

Frente a isso, é importante o proprietário rural participar de projetos de análise do fluxo de CO_2 nas formações florestais e nas culturas implantadas em seu imóvel, principalmente, em convênios com empresas compromissadas com a questão ambiental e com o uso sustentável da biodiversidade. Apesar de grandes empresas transnacionais investirem em projetos de reflorestamento para a fixação do carbono no solo, é mais difícil contatá-las. Pode ser, então, interessante que proprietários rurais regionais se organizem em associações, para administrar tal relação, e, de forma indireta, lucrar com projetos de seqüestro de carbono.

Quem quiser entrar nesse mercado, certamente deverá se ater às exigências, no sentido de:

(1) Dar garantias da sua credibilidade, seguindo políticas florestais e energéticas satisfatórias, e uma clara estrutura institucional para a gestão do projeto;

(2) Desenvolver inventários dos recursos e um sistema de informações que permita a medição exata e freqüente dos níveis de carbono armazenados;

(3) Contratar um corretor para colocar no mercado dos países desenvolvidos os serviços de seqüestro de carbono;

(4) Providenciar seguro contra fogo, uma vez que esse liberaria o carbono seqüestrado, o que significaria quebra de contrato.

A isso tudo, soma-se a importância de um projeto dessa natureza contar com a participação do Ministério Público. Isso aprofundará a avaliação dos benefícios sociais advindos das ações inerentes ao projeto de seqüestro de carbono. Da mesma forma, criará um 'tripé' fundamental aos projetos ambientais: a iniciativa privada, a sociedade civil e o poder público. ■

LUIZ AUGUSTO GERMANI
é professor de Direito Agrário da FGV.
e-mail: germani@germaninet.com.br.

Biodiesel na esteira do PROALCOOL

Para o governo, o programa deverá impulsionar o desenvolvimento de áreas pobres

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, formatado por 14 ministérios e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, tem a gestão operacional a cargo do Ministério de Minas e Energia (MME).

Por meio dos poderes concedidos pela Medida Provisória nº 214, de setembro de 2004, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) cria a figura do produtor de biodiesel e estabelece a especificação e a estrutura da cadeia de produção, distribuição e comercialização do biodiesel para uso comercial, em todo o País, pela adição de 2% (B2) ao diesel derivado de petróleo. A mistura do biodiesel será feita pelas distribuidoras, a exemplo do álcool anidro à gasolina comercializada pelos postos revendedores. Também foram revistas 18 resoluções sobre o abastecimento nacional de combustíveis.

O governo aposta que o biodiesel será importante para regiões carentes do País, por ser uma fonte de riqueza capaz de impulsionar o desenvolvimento de áreas como o semi-árido nordestino. A referência é a política que foi aplicada pelo presidente americano Franklin Delano Roosevelt na construção da infra-estrutura do Vale do Tennessee, no sul dos EUA, uma das regiões mais pobres do país, entre as décadas de 30 e 40.

Nordeste

Um levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indica que, na safra 2004/05, 84 mil hectares serão cultivados com oleaginosas, por agricultores familiares, para a produção de biodiesel, dos quais, 59 mil estão localizados no Nordeste. O cultivo da área total envolve 33 mil famílias, das quais, 29 mil são do Nordeste. O biodiesel será um importante instrumento de geração de renda no campo. No Semi-Árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare, pode variar entre R$2,5 mil e R$3,5 mil.

A BR Distribuidora está preparada para começar a realizar a mistura de 2% de biodiesel no diesel convencional, em sete bases da companhia no Nordeste: Fortaleza (CE), Crato (CE), Salvador (BA), Jequié (BA), Teresina (PI), Natal (RN), São Luís (MA) e Belém (PA). Cada uma delas, com capacidade individual de

Programa do biodiesel

- Combustível produzido com oleaginosas como mamona, soja, dendê, girassol, canola, babaçu e outros;
- Óleo extraído por esmagamento reage com álcool, metanol ou etanol, na presença de um catalisador;
- Promove uma economia anual de US$160 milhões na importação de diesel: 10% do consumo do Brasil são de produto importado;
- Mercado potencial para a venda de 800 milhões de litros de biodiesel por ano;
- Área plantada composta de 1,5 milhão de hectares de oleaginosas para atender a 800 milhões de litros de biodiesel B2;
- A adição do biodiesel não exigirá mudanças nos motores movidos a diesel;
- Criação de 153 mil a 382 mil empregos

Regras tributárias para o PIS e Cofins

- Serão cobrados de uma única vez e recolhidos pelo produtor industrial de biodiesel;
- Coeficiente de redução da alíquota em função da matéria-prima, da região de produção e do tipo de fornecedor;
- 100% de redução, quando produzido pela agricultura familiar a partir de mamona e dendê, nas regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido;
- 89,6% de redução para a agricultura familiar;
- 77,5% de redução, quando produzido a partir da mamona e dendê, nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido;
- 67% de redução para os agricultores de outras regiões;
- Para contar com os benefícios tributários, os produtores industriais terão de apresentar o Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de que compram matéria-prima de agricultores familiares.

cerca de 60 mil litros, está apta a realizar o armazenamento, a mistura e a expedição dos combustíveis. A empresa começa a negociar com os produtores. Tanto distribuidoras como refinarias poderão realizar a mistura dos combustíveis.

O Brasil é um potencial exportador do combustível, já utilizado comercialmente em outros países. A União Européia definiu a meta de que, até 2005, 2% dos combustíveis consumidos devem ser renováveis. Em 2010, de acordo com a Diretiva 30 do Parlamento Europeu, de maio de 2003, este percentual deverá ser de 5,75%. Entretanto, o continente tem restrições quanto à área de cultivo disponível para oleaginosas e a capacidade industrial, o que cria oportunidades ao Brasil para exportar seu combustível.

Diferença com álcool

O processo de produção do biodiesel é mais complexo que o do álcool. Enquanto a fermentação e a destilação são feitas há séculos, a transesterificação, adotada para produzir o biodiesel, foi desenvolvida apenas nas últimas décadas, com reações químicas e separações sofisticadas. Ao passo que a produção de álcool depende basicamente de matéria-prima agrícola, o biodiesel requer o aporte de metanol, produto de manuseio perigoso. A substituição do metanol por etanol está em fase de estudo.

Se, no caso do álcool de cana, para cada unidade de energia investida se obtêm cerca de dez, no biodiesel, essa relação é pouco conhecida e é aparentemente inferior a três, para os cultivos anuais, e de cerca de seis, para as palmáceas.

Havia uma corrente que acreditava na fabricação do álcool em micro-destilarias, na expectativa de que os pequenos produtores fossem capazes de produzir seu próprio combustível. A produção de biocombustíveis exige uma escala mínima de produção, produtividade agrícola e adequação do nível tecnológico, a fim de garantir o atendimento às especificações impostas pelos motores modernos.

Também havia uma confusão quanto às matérias-primas alternativas, sem levar em conta as aptidões locais, com indicações da mandioca, batata-doce, do sorgo e da madeira, entre outras. Um dos erros clássicos na história do PROALCOOL foi a construção de uma destilaria de álcool de mandioca em Curvelo, nos anos 80, cuja única utilidade foi mostrar a inviabilidade da rota adotada.

Na verdade, para ganhar 'musculatura', um programa de biocombustível precisa de um grande apoio na pesquisa, experimentação e assistência tecnológica. Assim, é válido tanto para o álcool como para o biodiesel.

Na esfera econômica, se o biodiesel compete com um dos combustíveis mais baratos, o álcool substitui a gasolina, o mais caro dos derivados. O custo da matéria-prima pesa e contrabalança o esforço de inserir o biodiesel na matriz energética brasileira, por suas vantagens energéticas, ambientais e sociais. Com preços deprimidos no açúcar e uma capacidade ociosa das usinas, o álcool ganhava apoio para se firmar como combustível. Porém, a pressão para redirecionar a produção era automática, quando o mercado de açúcar se mostrava melhor. ■

Projeto Ecodiesel

Área total	1,3 milhão de hectares
Assentamento total	7 mil famílias
Área por família	18 hectares
Quantidade de núcleos	10 unidades
Famílias por núcleo	700 famílias
Células por núcleo	35
Produção por núcleo	7 milhões de litros
Área mínima com mamona	7,5 hectares
Preço da mamona	R$ 0,50 por quilo
Receita mensal por família	R$ 450 com mamona e outros R$ 250 com feijão

Programa de Apoio Financeiro para o Biodiesel, do BNDES

- Apóia as fases de produção do biodiesel, inclusive, na armazenagem e na logística do escoamento da produção;
- Operações diretas em projetos de inclusão social: financiamento de até 90%, com TJLP mais 1% ao ano, destinadas para micros, pequenas e médias empresas; TJLP mais 2% ano para as grandes empresas; TJLP mais 3% ao ano para os projetos comerciais;
- Operações indiretas: os juros serão idênticos, acrescidos da remuneração do agente financeiro que faz o repasse;
- Ampliou em 25% o prazo total de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos com motores homologados, para utilizar, pelo menos, 20% de biodiesel ou óleo vegetal bruto adicionado ao diesel.

Quem está apostando no combustível

Na iniciativa privada, há projetos em andamento, como o da Brasil Ecodiesel, em Canto do Buriti (PI); a Agropalma, em Belém (PA); e o Grupo Biobrás, com capacidade instalada para produzir 60 milhões de litros/ano de biodiesel, a partir de soja, mamona e girassol, em unidades localizadas em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Em Mato Grosso, a Ecomat opera uma planta de 14,6 milhões litros por ano, a partir de soja.

Lançado em 2003, para a produção de 700 milhões de litros de biodiesel de mamona em 2007, com núcleos de produção com escola, posto de saúde, centro comunitário com acesso à internet, restaurante, hotel e quadra esportiva, espalhados nos estados de: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco e Bahia, o programa atua em duas frentes: o assentamento de famílias e os consórcios de produção com agricultores já assentados pelo governo. Nos dois casos, a empresa fornece insumos e garante o pagamento de até 60% da produção em contratos de adiantamento. No caso dos já assentados, o contrato é de dois anos, e ao final de dez anos, eles ficam com a escritura da terra.

Em 2004, a meta era fechar o ano com 4,5 mil famílias no Ceará, 2 mil no Piauí, 3 mil em Pernambuco, 1,5 mil na Bahia e 2 mil no Maranhão. Existem 40 mil hectares plantados, e a idéia é chegar a 100 mil em 2005. Os investimentos da empresa chegam a R$26 milhões

Para 2005, o programa é implantar três núcleos: Parambu (CE), Alvorada Gurguéia (PI) e um terceiro no Piauí ou em Pernambuco. Cada núcleo demanda R$16 milhões. A área plantada deverá chegar a 100 mil hectares. Além disso, existe a intenção de abrir usinas em Floriano (PI), para receber a produção do Estado, além de outros projetos no Maranhão e em Pernambuco.

A meta é recuperar os investimentos em cinco ou seis anos. A empresa espera atingir 20 milhões de litros em 2005 e chegar à marca de 300 milhões, no ano seguinte. A produção será vendida a distribuidoras de combustíveis, e a empresa negocia embarques para o Canadá e a Inglaterra. No exterior, a tonelada do óleo de mamona sai por US$800.

Números recorde no setor

As produções de cana-de-açúcar, açúcar e álcool bateram recorde, na safra 2004/05. Os números apurados para a região Centro-Sul, onde se concentram mais de 85% da produção nacional, permitem essa afirmação. A fonte dessas informações é a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica).

Em termos de condições climáticas, a safra 2002/03 é considerada um modelo. Houve chuvas durante o desenvolvimento vegetativo da lavoura e ocorreu seca na fase de maturação. A qualidade da matéria-prima teve rendimento superior, justamente no pico da colheita, de agosto a outubro.

Já a safra 2003/04 foi prejudicada pelo excesso de chuvas que ocorreram em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, logo no início da colheita.

Como o corte da cana teve de ser interrompido, a produtividade dos canaviais ficou comprometida, e subiram os custos de produção nas usinas e destilarias.

O rendimento industrial nas usinas e destilarias teve queda de 3,5%, em termos de quilos de Açúcar Total Recuperável (ATR) por tonelada de cana processada, perante o recorde obtido na safra 2003/04. Na primeira estimativa, em março, o total de ATR era de 148,5 quilos/tonelada, e, em agosto, chegou a ser previsto em 142 quilos/tonelada. Como aumentou o volume de cana colhida, a oferta total de ATR superou ao da safra anterior.

O volume de álcool obtido por tonelada de cana ficou 5,7% menor do que o registrado na safra anterior. Já a quantidade de açúcar se manteve praticamente estável, ao redor de 68 quilos por tonelada processada. As exportações surpreenderam. A participação brasileira, em âmbito mundial, continua a crescer, e os embarques de açúcar aumentaram em torno de 10%. Quanto ao álcool, existem pelo menos dois pontos a destacar: além do seu significativo aprimoramento quantitativo, houve maior expansão do produto combustível sobre o de uso industrial (perfumes e alimentos). ■

Perfil da produção – safra 2004/05 (região Centro-Sul)

Período	Quantidade colhida	Mix para açúcar	Rendimento por t colhida	
			Álcool (litros)	Açúcar (quilos)
Até 30 de setembro	72,0%	50,93 %	39,39	69,37
Depois de 30 de setembro	28,0%	44,09 %	46,54	62,37
Final da safra	100,0%	48,97 %	41,38	67,42

Fonte: UNICA

Variáveis para projetar a demanda

Controláveis

- Veículos flexíveis em circulação;
- Carros movidos a álcool;
- Veículos à gasolina, com a mistura de 25% de anidro.

Não-controláveis

- Conversão informal de carros à gasolina para carros a álcool;
- Uso do "rabo-de-galo" pelo consumidor;
- Mistura de álcool à gasolina superior a 25%.

O que esperar da safra 2005/06

- Produção mais alcooleira;
- Aumento na demanda interna de álcool;
- Manutenção da exportação de álcool;
- Recomposição dos estoques de álcool;
- Produção adicional: 1,5 bilhão de litros de álcool e 18,5 milhões de toneladas de cana.

Estimativas da safra – região Centro-Sul

Produtos	2003/04	2004/05	Variação %
Cana (milhões de toneladas)	299,39	327,14	9,27
Açúcar (milhões de toneladas)	20,44	22,05	7,88
Álcool anidro (bilhões de litros)	8,05	7,29	-9,44
Álcool hidratado (bilhões de litros)	5,02	6,25	24,50
Álcool total (bilhões de litros)	13,07	13,54	3,60
ATR (milhões de toneladas)	44,82	47,27	5,47
ATR/TC	149,62	144,50	-3,42

UNICA – TC = tonelada colhida

Estoques de passagem

Com o aumento da demanda pelo combustível, em virtude dos reajustes nos preços da gasolina, aliado ao salto das exportações, o mercado especula sobre o tamanho do estoque de passagem de álcool para a safra 2005/06, em 1° de maio próximo. A exemplo da safra 2002/03, pode ser que as usinas e destilarias antecipem em pelo menos um mês – de maio para abril – o corte da cana.

Desde outubro, a tendência da safra 2004/05 mudou de mais açucareira para mais alcooleira. A tendência é de o mix de produção, ao final da safra 2004/05, ficar dividido igualmente entre açúcar e álcool plantados. Mais de 70% da produção dependem do regime de chuvas do primeiro trimestre.

Após a moagem acumulada de cana ter atingido, até 1° de novembro, praticamente o mesmo volume em igual período da última safra, a preocupação diminuiu, sobretudo, no que diz respeito ao abastecimento de álcool combustível, nos próximos meses.

Como as utilizações informais ou ilegais do combustível, com mistura à gasolina muito acima dos 25% consagrados em Lei, desordenam a demanda, sempre existe o risco de um desbalanceamento no consumo e na oferta de álcool combustível, no País.

É natural a dificuldade do setor em dimensionar com antecedência a demanda interna de álcool. Em condições normais, o consumo projetado para a safra 2004/05, de 12,5 bilhões de litros, seria bem menor. Na verdade, o setor carece de mecanismos mais estáveis para o crescimento sustentado do mercado de álcool combustível.

A formação de estoques de combustíveis de origem renovável, cuja produção é sazonal e sujeita a variações climáticas, constitui um instrumento fundamental para evitar a volatilidade de preços, assegurar o equilíbrio no mercado interno e lastrear os promissores contratos de exportação do produto.



Sancionada lei para a soja transgênica

Plantio e comercialização estão liberados nesta temporada

Publicada no Diário Oficial da União, no dia 13 de janeiro de 2005, a Lei nº 11.092 estabelece as normas para o plantio e a comercialização da soja geneticamente modificada, da safra de 2004/2005. A Lei, que teve origem na Medida Provisória nº 223, permite a comercialização da soja transgênica até 31 de janeiro de 2006. O prazo limite, porém, poderá ser prorrogado pelo governo por até 180 dias.

O Senado Federal, em votação simbólica realizada em 21 de dezembro de 2004, aprovou a Medida Provisória 223/04, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), liberando o plantio e a comercialização da soja transgênica, referente à safra 2004/05. Não houve alteração em relação ao que foi aprovado na Câmara. A proposta isenta os produtores de apresentarem licenças ambientais e efetuarem o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima); proíbe a venda dos grãos da safra 2003/04 como sementes; e dilata o prazo para a venda da safra de janeiro para julho, entre outras regras definidas.

A aprovação da MP foi necessária, porque o governo não conseguiu que o Congresso aprovasse em tempo o projeto da Lei de Biossegurança, que apresenta as regras de pesquisa e uso de produtos geneticamente modificados.

Uma mudança de redação na MP dá autonomia ao Executivo para alterar quando necessário o prazo de comercialização da safra 2004/05. Isso 'abre uma brecha' para produtores armazenarem o produto. O texto também amplia o prazo final para comercialização da soja transgênica cultivada na safra atual, de janeiro para dezembro de 2006. As estimativas do mercado são de que, para uma colheita projetada em 60,5 milhões de toneladas da oleaginosa, 20% serão geneticamente modificadas.

A Lei nº 11.092 define ainda que a soja não poderá ser comercializada como semente ou utilizada em propriedades localizadas fora do Estado em que foi produzida. Para a comercialização da produção da oleaginosa, o agricultor deverá informar, na nota fiscal, os dados identificadores da propriedade, a quantidade e a possibilidade de presença de soja geneticamente modificada.

A Lei nº 11.092 e o modelo do Termo de Compromisso estão disponíveis, na íntegra, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Royalties

O texto deixa claro que somente poderá haver cobrança de *royalties*, desde que esta seja resultante de um ato legal, isto é, a empresa que patenteou a semente precisa provar a venda legal ao produtor por meio de nota fiscal. Na prática, porém, esta é uma hipótese impossível, já que a comercialização deste material permanece proibida no País e que as lavouras gaúchas são plantadas com sementes multiplicadas nas propriedades, a partir de produto contrabandeado. Na safra passada, representantes dos agricultores e da Monsanto fizeram um acordo e fixaram os royalties sobre a produção, na base de R$0,60 por saca de 60 quilos. Para este ano, a intenção da empresa é cobrar R$1,20 por saca.

Sementes foram aclimatadas

Os produtores de soja de todo o País poderão ter acesso a sementes transgênicas adaptadas aos diversos tipos de solo brasileiros, a partir da próxima safra. Essa possibilidade ficou aberta desde o momento em que o Senado aprovou uma alteração na Medida Provisória nº 223/04, que libera o plantio do grão.

Até agora, toda a soja transgênica plantada no País tinha origem em sementes

Valor comercial global das culturas geneticamente modificadas, por país Safra 2003/04

País	Culturas	Faturamento
Estados Unidos	Soja, algodão, milho e canola	US$ 27,5 bilhões
Argentina	Soja e milho	US$ 8,9 bilhões
China	Algodão	US$ 3,9 bilhões
Canadá	Canola, milho e soja	US$ 2,0 bilhões
Brasil	Soja	US$ 1,6 bilhão
Total		US$ 43,9 bilhões

Fonte: "Difusão Global da Biotecnologia Vegetal: Adoção e Pesquisa Internacional em 2004", C. Ford Runge, Centro para Política Internacional de Alimentação e Agricultura, da Universidade de Minnesota.

Valor comercial global das culturas geneticamente modificadas - Safra 2003/04

Soja	US$ 23,5 bilhões
Milho	US$ 11,2 bilhões
Algodão	US$ 7,8 bilhões
Canola	US$ 1,4 bilhão
Total	US$ 43,9 bilhões

Fonte: "Difusão Global da Biotecnologia Vegetal: Adoção e Pesquisa Internacional em 2004", C. Ford Runge, Centro para Política Internacional de Alimentação e Agricultura, da Universidade de Minnesota.

contrabandeadas. Como não eram aclimatadas às características brasileiras, em muitos locais, apresentavam produtividade menor do que a alcançada por variedades comuns desenvolvidas no Brasil. Centros de pesquisa que trabalham com o grão, como a Embrapa Soja, já vinham testando em seus cultivares o gene patenteado pela multinacional Monsanto, que confere à planta a resistência a um herbicida.

A Embrapa é uma das instituições que fazem pesquisas com o gene da Monsanto. A empresa tem 54 mil toneladas de grãos, a serem plantados para a geração de sementes, o que permite uma produção de um milhão de toneladas, o suficiente para atender a 5% da demanda do País. Outros centros, como a paranaense Coodetec, têm parcerias com a Monsanto para produzir grãos aclimatados. O projeto que saiu do Congresso tem outras alterações.

Monsanto cobra royalties

A Monsanto vai implantar na Argentina um programa de cobrança de *royalties* semelhante ao que já administra no Brasil e no Paraguai. A empresa está informando a decisão por carta aos exportadores.

A iniciativa da empresa faz parte da estratégia de cobrar *royalties* sobre o uso cada vez mais amplo e, freqüentemente, não remunerado de suas sementes transgênicas, a chamada "taxa de licenciamento", pelo uso da tecnologia desenvolvida, inicialmente, de 2% sobre o valor da tonelada exportada, ou o equivalente a US$3 por tonelada, na safra 2004/05.

A companhia ainda busca uma solução consensual com a secretaria de agricultura e as associações representantes dos produtores. Se não for possível implantar um sistema efetivo, a proposta será vender as licenças aos exportadores.

No Brasil, os produtores pagaram à Monsanto R$10 por tonelada de soja transgênica, na safra 2003/04. Para 2004/05, o valor dobrou e deverá ser de R$20 por tonelada. A Monsanto, que antes fiscalizava somente a produção em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, vai estender o programa para Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí.

No Paraguai, os agricultores já pagam US$3 pela tonelada de soja geneticamente modificada destinada ao exterior. Para a próxima safra, a taxa vai subir para US$6. A taxa de licenciamento cobrada na Argentina também deverá ser elevada, na safra 2005/06.

O plano da Monsanto gera controvérsias no setor agrícola argentino. Entidades que representam os agricultores já se manifestaram contra a estratégia da multinacional americana. O parecer da Sociedade Rural da Argentina, a maior e mais antiga associação agrícola do país, é de que os royalties devem ser pagos no momento da venda das sementes. As normas sobre o uso repetido da semente deveriam ser acertadas livremente entre as partes. ■

Panorama da biotecnologia vegetal no mundo

O estudo denominado "Difusão Global da Biotecnologia Vegetal: Adoção e Pesquisa Internacional em 2004", coordenado pelo diretor do Centro para Política Internacional de Alimentação e Agricultura, da Universidade de Minnesota, C. Ford Runge, apresenta números interessantes sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs) no mundo, na safra de 2003/04. A pesquisa usou dados oficiais de órgãos como a Comissão Européia e a Organização das Nações Unidas (ONU).

As culturas geneticamente modificadas chegaram a 63 países e foram cultivadas em 18 países, mas outros 45 países estão trabalhando com pesquisas e desenvolvimento nesse setor. Em pelo menos cinco países, incluindo o Brasil, os OGMs estão na fase de plantações comerciais, o último estágio para a introdução da novidade Conforme o ritmo de aprovação dos transgênicos por parte de países em desenvolvimento, o valor comercial total dessas lavouras poderá alcançar US$ 210 bilhões na próxima década.

Entre grãos, frutas e outros vegetais, existem 57 organismos geneticamente modificados aptos para plantio, no mundo. No caso da soja, as variedades transgênicas representaram 54%, ou 92,8 milhões de toneladas, da produção total dos cinco países destacados no estudo, em 2003/04. No Brasil, onde o cultivo do grão geneticamente modificado foi liberado por meio de Medida Provisória, o percentual foi de 12%.

Entre os países que mais rapidamente adotaram os OGMs, estão Estados Unidos, Canadá, Argentina, China e Brasil. As principais lavouras transgênicas são as de soja, em que os OGMs representam 50% da produção mundial: algodão (30%), milho (15%) e canola (15%). A China deverá adotar a soja geneticamente modificada de forma agressiva, nos próximos anos, e poderá se estabelecer como o segundo maior usuário mundial da nova tecnologia, um posto hoje ocupado pela Argentina, que fica atrás apenas dos Estados Unidos. Índia, África do Sul e Austrália também deverão entrar com no setor.

Método para identificar sementes

Os pesquisadores do Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolveram um novo método para diferenciar, com maior rapidez e confiabilidade, sementes de soja natural, transgênica, orgânica ou nativa. O teste demora menos de dois minutos, e bastam uma ou duas sementes para concluí-lo. Ao contrário de outros métodos disponíveis, por biologia molecular ou seqüência genética, é possível indicar o falso positivo, caso ocorra mistura das sementes com outros cultivos.

A técnica desperta o interesse dos produtores de algodão e milho. Empresas enviam amostras à Unicamp para identificar seus bancos de variedades. O método dará maior garantia a consumidores e agricultores sobre o produto adquirido. Para fazer o teste, a amostra da semente é triturada e misturada em água e álcool. A mistura vai para uma centrífuga simples, por um minuto. O material não decantado é injetado em um espectrômetro de massas para identificar a estrutura molecular da amostra.

Agropolo e Arranjo Produtivo Local



WANDERLEY MAURO DIB
NICOLA BLOISE

A Europa, com toda sua experiência e tradição, chegou a um conceito de AGROPOLO após 30 anos de experiências. No Brasil, um projeto-piloto, em Barretos, inaugurou o movimento, em 1996, tendo o IBT - Instituto Barretos de Tecnologia como Instituição Gestora.

Mediante a interação com ABIPTI, CNPq, FINEP, ANPROTEC e SEBRAE Nacional, foi desenvolvida, em 1998, uma metodologia para a implantação e manutenção dos Programas de Agropolos a surgir, como surgiram, ao longo da extensão do território nacional.

Após a realização de um diagnóstico, foi elaborado o projeto Agropolo da Região de Barretos, encaminhado ao CNPq em Abril de 1997, e aprovado oficialmente em agosto de 1998, com recursos financeiros para 1998 e 1999.

Para o intercâmbio científico e tecnológico, e a realização de projetos cooperativos, em paralelo com a elaboração do diagnóstico, o IBT assinou convênios de cooperação Científica e Tecnológica com USP, UNICAMP, UNESP, UFSCar, UFU, EMBRAPA, SEBRAE/SP, MCT e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo.

Em novembro de 1999, durante a International Conference on Agropoles and Agro-industrial Technological Parks, realizada em Barretos (II Encontro Internacional de Agropolos), foram assinados convênios com a University of California at Davis CA-USA, Drexel University-Philadelphia-PA/USA, University of Reading-UK, ACTIA-Association de Coordination Technique pour L'Industrie Agro-Alimentaire-Organização Francesa que coordena a operação de 45 Agropolos naquele País, e com The Royal Veterinary and Agricultural University of Denmark.

Na região de Barretos, em função da vocação e das cadeias produtivas integradas ao agronegócio, a área de abrangência do projeto envolveu 30 municípios.

O potencial de crescimento é imenso, tanto na ocupação de mão-de-obra, uma vez qualificada e re-qualificada, quanto no aumento da produção e produtividade com qualidade controlada e certificada. Porém, a adoção de ações e políticas públicas adequadas é dificultada por diversas razões, a saber:

1- O Setor produtivo é desarticulado e despreparado para atender às exigências do mercado;
2- Na parte ambiental, a legislação é rígida e falta treinamento sobre seus impactos;
3- Legislação trabalhista é ultrapassada;
4- Não há continuidade de apoio das agências de fomento;
5- Faltam políticas públicas (Municipal, Estadual e Federal) consistentes, duradouras e convergentes.

Com o apoio do governo, o AGROPOLO lidera o processo de transferência de tecnologia, de controle de qualidade e de fortalecimento do comércio exterior na sua região, assim como contribui para a recuperação, preservação e conservação ambiental. As pequenas e micro propriedades rurais se transformam em empresas rurais e saem da informalidade. O agrupamento de produtores em cooperativas e associações facilita o planejamento da produção e da comercialização.

Deve ser formulado um conjunto de regras para atuar junto aos produtores, formar uma consciência de coletivismo e criar uma forte estrutura produtiva, para atender à demanda atual e exigente do merca-

Programa de Agropolo

- Promove a modernização do setor agropecuário e do agronegócio
- Preserva o meio ambiente
- Utiliza as tecnologias disponíveis no mercado
- Obtém produtos com padrão de qualidade para exportação
- Integra empreendimentos agropecuários e agroindustriais
- Gera empregos, com o aumento dos negócios



Municípios do Agropolo de Barretos

1- Paulo de Faria; **2 -** Orindiúva; **3 -** Icem; **4 -** Guarací; **5-** Colômbia; **6 -** Guaíra; **7 -** Altair; **8 -** Barretos; **9 -** Ipuã; **10 -** Olímpia; **11 -** Colina; **12 -** Jaborandí; **13 -** Morro Agudo; **14 -** São Joaquim da Barra; **15 -** Severínia; **16 -** Cajobi; **17 -** Embaúba; **18 -** Monte Azul Paulista; **19 -** Bebedouro; **20 -** Terra Roxa; **21-** Viradouro; **22-** Orlândia; **23-** Nuporanga; **24-** Sales de Oliveira; **25-** Pirangí; **26-** Vista Alegre do Alto; **27-** Taiaçu; **28-** Taiúva; **29-** Taquaral; **30-** Pitangueiras

Projeto Agropolo de Barretos

Cadeias produtivas	Organização em quatro núcleos
1- Horticultura (Frutas, Legumes e Verduras)	1- Documentação e informações
2- Heveicultura	2- Ambiental
3- Pecuária de Corte e Leite e Piscicultura	3- Transferência de tecnologia
4- Produção de Grãos (Soja, Café e Milho)	4- Agronegócios

do consumidor. É necessário promover treinamentos em Gestão de Empreendimentos (Empreendedorismo, Marketing, Negócios, Finanças etc.).

O tema da agricultura familiar encontra nos Agropolos os meios de se materializar, com base na elaboração de projetos e estudos de viabilidade técnica e econômica, assim como de orientações para sua execução.

Existem várias instituições que podem se agrupar aos AGROPOLOS, juntamente com o governo, para desenvolver programas que cheguem aos pequenos e micro produtores, de forma continuada.

A continuidade de apoio aos projetos e programas existentes e em maturação deve ser preservada, independentemente da mudança de governo e de pessoas. São levantadas propostas para atender aos mesmos objetivos, ou com diferenças muito sutis, com nomes diferentes. Isso confunde as Prefeituras, Universidades e Empresários, que tinham entendido o conceito anterior, fizeram convênios e parcerias, mas que, dadas as mudanças, desistem de novas negociações.

Para citar alguns exemplos, vejamos a profusão de conceitos sobre Pólo de Desenvolvimento Agropecuário, Cluster, Agropolos, Arranjos Produtivos Locais, Arranjos Produtivos de Inovação, Sistema Agroindustrial Integrado etc. As agências de fomento justificam não mais apoiar financeiramente o programa, por exemplo, AGROPOLO, porque os recursos são limitados, e elas priorizarão os "Arranjos Produtivos Locais", que evidentemente terão de adotar a sua vocação, que pode ser agropecuária em uma região onde já existia o Agropolo. Enfim, um Agropolo não é um Arranjo Produtivo Local?

Assim, para se obter o apoio financeiro, é preciso mudar o nome do programa; e fica interrompida toda uma articulação institucional, que envolve registros de marcas, convênios, divulgação do programa, investimento em treinamento e sensibilização dos atores e agentes envolvidos, para entender o AGROPOLO.

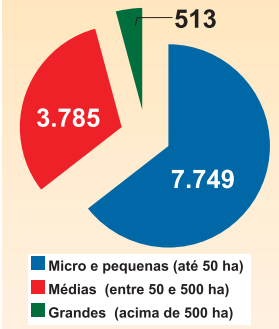
Tais gastos são irreparáveis, e ocorre o desperdício de recursos públicos em nome de uma inovação fictícia implementada pela simples denominação do novo programa. É preciso planejar, para que não se interrompa o apoio aos programas em processo de maturação, de modo a colocar todo um trabalho em risco.

Se o objetivo é contribuir com a solução dos problemas de desemprego e distribuição de renda, de efetivo desenvolvimento econômico e social, o propósito é único. No Brasil, o Programa AGROPOLO, em nove anos de existência, convive com interrupções e retomadas devido ao desencontro de objetivos institucionais de médio e longo prazo. Embora estejam bem intencionados, os dirigentes não analisam as frustrações causadas em pessoas treinadas e de larga experiência, que, sem verem resultados nos projetos em que atuam, mudam de atividade. ■

WANDERLEY MAURO DIB *é presidente do IBT e Coordenador do AgroPolo de Barretos; e-mail: wanderleydib@ibt.org.br.*
NICOLA BLOISE *é diretor técnico do IBT; e-mail: nicola@ibt.org.br.*

ONDE SABER MAIS: IBT - Instituto Barretos de Tecnologia - www.ibt.org.br

Agropolo de Barretos: unidades produtivas rurais



Sugestões do IBT - Instituto Barretos de Tecnologia - Gestor do Programa Agropolo da Região

Governo Federal

• Para aproveitar o conhecimento e a vivência com a realidade de cada região, é preciso solicitar das instituições gestoras dos agropolos a elaboração de estudos técnicos e projetos, treinamento, acompanhamento da evolução dos micro-produtores, controle da qualidade e melhoria da gestão, e comercialização dos produtos no mercado interno e externo.
• Firmar parcerias com os agropolos, reservando parte dos recursos para apoiar a sua infra-estrutura e seu custeio, para evitar a descontinuidade dos trabalhos.

Governos Estaduais

• No Estado de São Paulo, 92% do Agronegócio estão em 5 cadeias produtivas: Citros, Cana, Soja, Carne Bovina e de Frango, Milho; e 8%, nas de Frutas diversificadas, Legumes, Verduras, Piscicultura, Suínos, Arroz, Feijão etc.
• Investir no segundo grupo ajuda na diversificação do abastecimento de alimentos para o consumo da população, com o envolvimento de um grande contingente de micro e pequenos produtores familiares, que podem gerar empregos e aproveitar as oportunidades do campo.
• Interagir com os AGROPOLOS, para a implantação de ações que estes não conseguem realizar, pela capilaridade de micro e pequenos.

Governos Municipais

• O município gasta os seus recursos para o seu desenvolvimento, e não para o de municípios vizinhos. Isso dificulta o desenvolvimento regional. Os municípios que se desenvolvem atraem as pessoas dos municípios vizinhos, que procuram oportunidades. Sem investimentos para apoiar essa migração, a cidade que cresceu compromete sua qualidade de vida.
• O Agropolo pode prestar serviços aos pequenos produtores rurais de todos os municípios, sem restrição legal. Entretanto, precisa do envolvimento dos Governos Municipais, por meio da contratação e manutenção do padrão de seus serviços.

Hedge da relação de troca entre soja e milho

WILSON MOTTA MICELI

Uma indústria processadora de grãos precisa manter estoques de segurança de soja e milho, para atender à demanda da indústria alimentícia. Como as solicitações dos clientes estão correlacionadas com o desempenho da renda nacional, o programa de processamento não obedece a um planejamento de longo prazo. Para dar maior segurança às operações, o administrador financeiro trabalha com base relação de troca entre os dois produtos.

Como era de se esperar, a relação de troca entre soja e milho, durante o exercício de 2004, sofreu variações. Uma indústria que necessita dessas matérias-primas, caso tenha fixado essa relação no futuro, poderá ter evitado prejuízos no ato da aquisição.

Por meio do mercado futuro da BM&F, o administrador financeiro visualiza as cotações futuras de soja e milho para o vencimento em maio/2005.

Contrato futuro

Produto	Vencimento	Preço da saca
Soja	Maio de 2005	US$12,00 x R$3,05 = R$36,60
Milho	Maio de 2005	R$17,50

Relação de troca = R$36,60/R$17,50 = 2,09

Dólar futuro bloqueado para o vencimento = R$3,05
Unidade de negociação na BM&F para os dois produtos = 450 sacas

Pela relação de troca apurada, de 2,09, para cada 100 sacas de soja vendidas, a indústria pode comprar 209 sacas de milho. O valor é de R$ 36,60.

Com um volume de soja de 36.000 sacas, para ser passível de troca por milho, a equivalência proposta fica sendo de 36.000 sacas de soja x 2,09 = 75.291 sacas de milho.

Com a decisão do administrador financeiro de fazer o



hedge de venda da relação de troca, essa relação fica fixa no tempo, com a tomada das seguintes posições no mercado futuro:

Contrato futuro

Produto	Quantidade - sacas	Preço da saca
Soja	Venda de 80	US$13,00 x R$3,05 = R$39,65
Milho	Compra de 167	R$21,00
Relação de troca = R$39,65/R$21,00 = 1,89		

Dólar futuro bloqueado para o vencimento = R$3,05

Diante da redução da relação de troca de 2,09 para 1,89, o administrador resolve reverter as posições dos contratos futuros. Vende 80 sacas de soja e compra 167 sacas de milho, para manter a relação de troca de 2,09.

Os ajustes diários no mercado futuro são:

• Ajuste diário de soja = - R$109.800,00 = 36.000 sacas (R$39,69 - R$36,60)

• Ajuste diário de milho = R$263.025,00 = 75.291 sacas x (R$21,00 - R$17,500)

• Ajuste diário = R$153.225,00 = Ajuste diário de milho (R$263.025,00) - Ajuste diário de soja (R$109.800,00)

No mercado físico, a indústria vende a soja a R$ 1.427.400,00 = 36.000 sacas x R$39,605/saca.

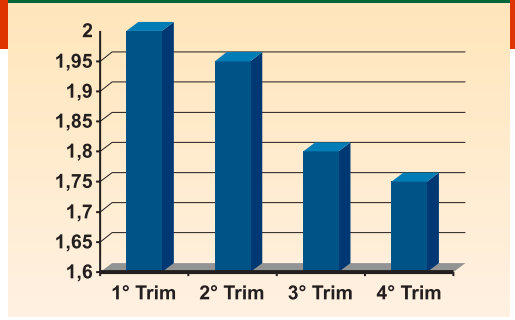
A soma dos resultados no mercado futuro (R$ 1.427.400,00) e físico (R$153.225,00) corresponde a R$1.580.625,00.

O número de sacas de milho que a indústria poderá comprar é de R$1.580.625,00/R$21,00 = 75.268 sacas.

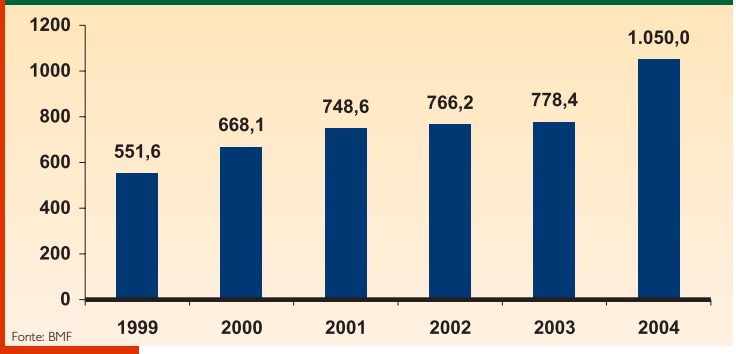
O resultado mostra que o uso dos contratos futuros deixa constante o poder de aquisição = 75.268 sacas/36.000 sacas = 2,09.

WILSON MOTTA MICELI *é chefe de Departamento da Diretoria Agrícola da BM&F.*

Relação de troca soja versus milho, em 2004

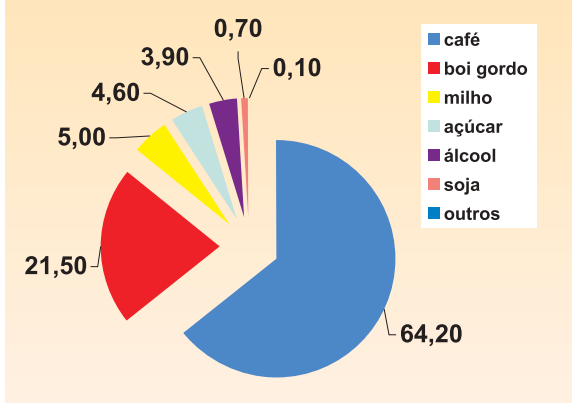


Evolução dos contratos negociados (em mil unidades)



Fonte: BMF

Participação das *commodities* nos contratos negociados na BMF-2004



BM&F movimenta US$7,85 bilhões em futuros agrícolas

O mercado futuro dos produtos agropecuários no Brasil deu um forte salto em 2004. Em quantidade e valor, os aumentos foram, respectivamente, de 34,9% e 67,6%, em comparação a 2003. Esse resultado reflete o grau de amadurecimento do agribusiness brasileiro, em que pese a pequena participação dos contratos agrícolas no movimento total da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F).

Gradualmente, o setor agropecuário rompe com sua postura conservadora, com o maior uso de mecanismos como futuros e opções, para se proteger contra as variações de preços. As previsões pouco otimistas na soja e no milho não deverão afetar o desempenho de 2005. Justamente as duas *commodities* de maior participação nos contratos negociados na BM&F, o café e o boi gordo, mostram tendência de preços firmes, em médio prazo.

Como produto líder na comercialização, o café, depois de amargar anos de preços deprimidos, encerrou 2004 com alta acima de 50,0%, ficando atrás somente da cana-de-açúcar, que subiu 57%. O volume movimentado da rubiácea correspondeu a mais do que o dobro da projeção formulada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de 33 milhões de sacas.

Para reduzir o custo das operações de hedge, a BM&F negocia junto ao Ministério da Fazenda uma forma de reduzir o impacto da PIS/COFINS sobre os contratos não financeiros, como os agrícolas.

Gestão de força de vendas no agronegócio (2)

MARCOS FAVA NETO
LUCIANO THOMÉ E CASTRO

A relação entre a empresa e a força de vendas é bi-direcional. Enquanto a primeira não estiver preparada para perceber o que a segunda faz pelo marketing, de nada adianta ter bons vendedores.

Muitas ações podem ser feitas para que a força de vendas possa efetivamente contribuir para o marketing das empresas, e algumas delas já estão realizando essas ações e colhendo seus resultados.



Eis *4 Cs* caracterizados como recursos humanos desejáveis para as organizações de vendas:

1. Caráter: comportamento ético na aceitação de princípios de respeito ao ambiente institucional (leis) e de respeito pessoal. Pode ser aprimorado nas pessoas, obtendo diferentes reflexos.

2. Competência: seu desenvolvimento se dá por meio do estudo, do acesso a ferramentas, a técnicas e a novos padrões e procedimentos, mostrando-se os caminhos e incentivando os recursos humanos para atingir a competência diferencial.

3. Comprometimento: atingir as metas e estar presente quando necessário; assumir responsabilidades. Controles rígidos definidos pela empresa auxiliam no comprometimento, mas, mais ainda, desenvolvem o espírito pelo qual a 'vida' da força de vendas é seu trabalho.

4. Criatividade: desenvolvimento permanente para resolver os problemas que surgem. Propostas de mudanças e soluções inovadoras.

Fatores para a empresa liderar em vendas

Integração entre vendas e marketing: objetivos arrojados, produtos complexos, canais com necessidades distintas, ações de comunicação e preços exigem equipes preparadas para executá-los. Sem a coordenação interna das informações, os vendedores ficam sabendo sobre a empresa por intermédio dos clientes, e acabando passando vergonha.

Definição de cotas de vendas: essas cotas devem ser altas, para motivar a equipe; mas não podem ser impossíveis, pois isso pode frustrar a equipe; elas devem também estar ajustadas ao que se espera do ambiente externo.

Cobrar a realização de vendas já não é suficiente. Definir a rentabilidade esperada, estabelecer a satisfação dos clientes e realizar a prestação de serviços pós-venda, entre outras atividades, devem compor um plano do que a empresa espera do vendedor.

Coordenação geral inovadora e política local: organizar reuniões gerais e regionais, com a troca de informações e de interação, promovendo uma aproximação física entre as pessoas, o treinamento e o estímulo das equipes. A alta gestão deve conhecer o mercado, acompanhar o vendedor em algumas visitas, saber como é seu dia-a-dia.

Divisão dos territórios de vendas: territórios bem definidos trazem aos vendedores uma boa moral, além de cobertura, avaliação e controle. Para defini-los, diversos softwares e bases de dados estão disponíveis atualmente; é a chamada geografia econômica de mercados.

Remuneração: a parte fixa da remuneração garante tranqüilidade. O montante variável pode ser baseado na conquista de novos clientes, manutenção dos clientes atuais, no fornecimento de informações etc. O pagamento de incentivos, de comissões e de benefícios visa ao esforço adicional e à fidelidade da equipe.

Criatividade e motivação: são fatores que melhoram o desempenho, que, por sua vez, leva a uma maior remuneração e satisfação. Deve-se criar, diariamente, mecanismos para estimular a motivação.

Vendedores contratados ou terceirizados: os vendedores autônomos combinam produtos de outras empresas e também a região de atuação, e formam uma força de vendas com custos menores. Como respondem por seus próprios negócios, podem ser mais empreendedores. Já os

vendedores contratados permitem maior controle, menores riscos trabalhistas, e realizam outras ações não relacionadas a vendas; querem obter progresso na empresa e são estimulados a ter mais conhecimento sobre os produtos.

Ações em conjunto com concorrentes: visam à formalização do mercado, permitindo compartilhar investimentos, sem uma ameaça direta à concorrência entre as empresas (por exemplo, o uso de um mesmo programa de qualidade), ações de vendas para aumentar o mercado para todos, entre outras.

Ações de cooperação nos mercados, não concorrentes: compartilhar vendas nas regiões em que seus produtos não sustentam um vendedor exclusivo, com representantes comerciais, ações de treinamentos, informações de vendas e bancos de dados, por exemplo, de inadimplência.

Gestão dos conflitos: cotas, metas, comissões e distribuição de canais são fontes de conflito. A concorrência com as vendas diretas da empresa produz o mesmo efeito, e se a empresa quer um trabalho bem feito e sem grandes custos, o vendedor múltiplo ou representante quer altas margens e um trabalho adequado. Os conflitos devem ser resolvidos por meio do diálogo e da administração da ansiedade permanente por vislumbrar novas oportunidades.

Controles: envolvem os pedidos totais, os intermediários e os cancelados; os clientes ativos, novos, perdidos e prospectados; as visitas e os dias trabalhados; as despesas totais, as comunicações recebidas e realizadas, entre outros relacionamentos.

Recrutamento, seleção e treinamento de vendedores: essa é uma tarefa de grande importância, pois prepara os profissionais para vagas que irão surgir. Quando um funcionário sai de uma empresa, o prejuízo é grande; e o desgaste com viagens e a convivência com riscos aumentam a rotatividade dos funcionários. ■

MARCOS FAVA NETO *é professor de Estratégia e Marketing do Departamento de Administração da FEA-RP/USP.*
LUCIANO THOMÉ E CASTRO *é professor de Marketing das Faculdades COC. Ribeirão Preto (SP).*

Mecanismos de incentivo

A cota diz, sem palavras, o que a empresa espera de um vendedor. Recentemente, uma palestrante insistia em que os representantes comerciais de uma empresa de rações deveriam visitar clínicas veterinárias, para vender rações *pet*. "Essas clínicas são de difícil acesso, compram pouco e fazem os vendedores esperar, mas como são formadoras de opinião, é preciso visitá-las", dizia ela.

Quieto, em sua poltrona, um representante comercial ouvia e pensava: "Sou remunerado pelo total de vendas, porque devo visitar clínicas veterinárias?"

Uma opção melhor seria um plano de cotas para a conquista desse segmento de mercado. Uma empresa de agroquímicos avalia a porcentagem de acerto da previsão de vendas como uma das variáveis de bonificação. Os planos de cotas se tornam mais refinados e vinculados ao plano de remuneração. Ou seja, ao invés de dizer, "pensem bem sobre a previsão de vendas", é fornecido um incentivo claro nesse sentido.

FGV
EAESP
3pontos

EDUCAÇÃO EXECUTIVA DA FGV-EAESP. AS MELHORES OPÇÕES PARA AS MELHORES ESCOLHAS.

MPA
Mestrado Profissional em Administração
Mestrado Executivo com reconhecimento nacional e internacional, pela comunidade empresarial e pelo meio acadêmico.

OneMBA
Global MBA
MBA executivo com certificado brasileiro e internacional, desenvolvido em parceria com *The Chinese University of Hong Kong* (China), *ITESM* (México), *Rotterdam School of Management* (Holanda) e *The University of North Carolina at Chapel Hill* (EUA).

Gvpec
Cursos *in company*
Programas de Educação Executiva desenvolvidos com formato e conteúdo adequados às necessidades de cada empresa.

Direção Estratégica
Programas que oferecem ao participante um completo e atualizado panorama do mundo empresarial sob a ótica de quem tem e exerce o poder de decisão dentro de uma empresa.

Gestão Executiva
Mais de 50 cursos, com temas de vanguarda para os profissionais de alta e média gerência, que estimulam a reflexão sobre os desafios do mundo empresarial e ampliam sua rede de relacionamentos.

CEAG
Cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) amplamente reconhecidos pela comunidade empresarial. Destinam-se a jovens executivos que buscam uma formação atualizada em Administração e novas conquistas em sua carreira.

Gvnext
Curso de Especialização em Negócios para Executivos
Combinando aulas presenciais com novas tecnologias, destina-se a executivos de consolidada vivência profissional. Um curso para quem precisa de flexibilidade.

50 anos FGV EAESP

Informações
cci@fgvsp.br
(11) 3281-7926 / 3281-3208